

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno, se houver)

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	7
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	8
2. Objetivos e metas institucionais.....	9
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	9
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	10
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	10
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	15
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	16
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	19
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	20
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	20
Principais Ações do Programa.....	21
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária .	21
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	24
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	26
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	29
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	31
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	33
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	33
Principais Ações do Programa.....	34
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	34
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	39
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	41
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	44
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária..	48
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	50
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	52
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	56
2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	58
Principais Ações do Programa.....	59
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	59

2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	61
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	63
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	65
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	67
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	69
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	71
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	73
	Principais Ações do Programa.....	74
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	74
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo	76
	Principais Ações do Programa.....	77
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	77
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	79
	Principais Ações do Programa.....	80
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	80
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	84
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	86
	Principais Ações do Programa.....	87
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	87
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	90
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	92
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	95
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	98
	Principais Ações do Programa.....	99
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	99
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa	103
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	106
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	107
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	109
2.4.1	Programação Orçamentária da Despesa.....	109
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias	109
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes	110
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital.....	111

2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	112
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	113
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	114
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	114
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	115
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	115
2.4.3.	Indicadores Institucionais	118
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	126
3.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	126
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	127
4.1	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	127
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade	128
5.1	Composição do quadro de servidores ativos	128
5.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	128
5.1.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.....	130
5.1.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	131
5.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	132
5.2.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010	132
5.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010....	133
5.3	Composição do quadro de estagiários.....	134
5.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	135
5.4.1	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	135
5.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	137
5.5.1	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	137
5.5.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	138
5.5.3	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	140
5.6	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	141
6.	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	142
6.1	Transferências efetuadas no exercício.....	142
6.1.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência....	142

6.1.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	144
6.1.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes....	145
6.1.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	146
6.1.5	Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	148
7.	Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	150
8.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	151
9.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	152
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	152
10.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	154
10.1	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	155
11.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	157
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	157
11.1.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união.....	157
11.1.2	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	158
11.1.3	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	159
11.1.4	Análise crítica:	160
12.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	161
12.1	Gestão de TI da UJ	161
13.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	163
14.	Informações sobre Renúncia Tributária.	164
15.	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	165
15.1	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	165
15.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício...	166
15.3	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	167
15.4	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	168
16.	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	169

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	170
Parte B - Informações Contábeis da Gestão.....	171
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	171
19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	172
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	173
20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	173
21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	181

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA SR28-DFE			
Código SIORG: 29008	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 133088	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3462-3945	(61) 3462-3990	
E-mail: www.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: SIA Trecho 01 – Lotes 1730/1760 – Bloco “D” e “E” e PAB – CEP: 71.200-010			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei 1.110 de 09 de julho de 1970 revigorado pelo Decreto Legislativo 02/89			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133088	Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno – SR(28)DFE		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133088	Superintendência Regional do INCRA no DF e Entorno – SR(28)DFE		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
133088	37201		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A Constituição Federal outorgou à União, por meio do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA a missão de desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (art. 184, CF).

Nesse sentido, a razão de existência do INCRA, traduzida nas suas diretrizes estratégicas, incorpora duas importantes vertentes. A responsabilidade de executar a Política de Reforma Agrária, que compreende um conjunto de medidas voltadas para a promoção da melhor distribuição da terra e, simultaneamente, gerenciar a estrutura fundiária nacional, a partir do conhecimento da concentração, regime de domínio, posse e uso da terra e da fiscalização da função social da propriedade.

As diretrizes estratégicas do INCRA estão definidas no Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, onde constam bem definidos os espectros de abrangência de cada Regional.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Tenho a elevada honra em dirigir-me a V.S. para reportar sobre as atividades desenvolvidas por esta Divisão no transcurso do ano de 2010 até a presente data, com a intenção em informar sobre as ações desta Superintendência no âmbito da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. É preciso salientar que as ações no campo como georreferenciamento de Projetos de Assentamento, vistorias de imóveis nas comunidades quilombolas, fiscalização cadastral e de entrega de parcelas fruto de licitação do exercício anterior, além de diversas demandas dos movimentos sociais com relação aos serviços topográficos nos assentamentos, bem como vistorias para Regularização Fundiária não pararam, pois existe um volume muito grande de ações para serem executadas, frutos de pautas negociadas com os movimentos sociais tanto na Superintendência quanto na Sede do INCRA.

Desta forma passamos a relatar:

1. Programa Regularização Fundiária.

- PICAG – Projeto Integrado de Colonização Alexandre de Gusmão – processo 54700.000958/2008-06, que trata da regularização de aproximadamente 920 (novecentos e vinte) chácaras, além de doação de núcleos urbanos para o GDF e entidades filantrópicas, conforme estabelece em Lei. Foi criado Grupo de Trabalho, através da Portaria nº65/08, para realização desta pauta. A capacidade operacional de nossa Superintendência é pequena, daí a diminuta realização de apenas 27 títulos, porém, e em razão deste ponto estabelecemos parceria com órgãos do GDF, principalmente a EMATER, para realização das vistorias agrônômicas o que proporcionou a conclusão de aproximadamente 350 novos títulos que estão em fase final de instrução processual.

- PIPIRIPAU / DF, fazenda do GDF, processo 54700.000670/2008-23, que trata da criação do Projeto de Assentamento Oziel Alves II, pauta do MST. Imóvel teve sua transferência para a União de forma precária, e, aguarda certificação por parte do Comitê Regional que por sua vez espera análise da cadeia dominial deste imóvel.

- SALVIA / DF, fazenda da União, área transferida para o INCRA, porém com problemas ambientais, o que condicionou a um relatório técnico do Grupo de Trabalho constituído por servidores de órgãos do GDF e INCRA.

- PALMA / RODEADOR – DF, fazendas da União, em fase final de certificação e documentação para registro e posterior destinação das glebas com fins de regularização fundiária, conforme sentença judicial. Os imóveis objetos de regularização fundiária foram cadastrados, mapeados e aguarda certificação para transferência para o INCRA.

2. Programa Brasil Quilombola

- Sítio Histórico Kalunga / Quilombola, localizado nos municípios de Cavalcante/GO, Teresina/GO e Monte Alegre/GO, com área de 253.191,72 há, processo nº54700.001287/2008-92. Foram formalizados 193 processos administrativos, onde se instruiu aproximadamente 120 processos com avaliação de Cadeia Sucessória, alguns aguardando complementação de documentos, e, 13 com cadeia dominial conclusa, vistoria finalizada e relatório de avaliação em fase final.

- Ficou decidido que um escritório em Cavalcante/GO entenderia apenas o Grupo de Trabalho como Força Tarefa para esta ação de vistoria e avaliação. Foi feita uma parceria com a Prefeitura de Cavalcante que cedeu uma sala para utilização de apoio aos servidores que se deslocarão àquela região para prosseguimento destes trabalhos.

- Em cumprimento ao Art. 7º do Dec. Nº4887/03, procedemos com o cadastramento / levantamento ocupacional de todas as famílias Quilombolas que ocupam o território Kalunga.

Processo 54700.000956/2006-47 - Família Magalhães (Nova Roma-GO)

- No dia 10 de março de 2011 foi encaminhado ao INCRA (Sede) o Kit "Conjunto Portaria" para edição e publicação da Portaria de Reconhecimento do Território pelo Presidente do INCRA. Aguardaremos a publicação da portaria para posterior preparação do Kit "Conjunto Decreto" visando a assinatura do Decreto pela Presidência da República.

- Após a decretação da área como interesse social iniciará as vistorias e avaliações de todos os imóveis particulares incidentes no território da comunidade.

Processo 54700.002573/2007-94 - Baco Pari (Posse - GO)

- Houve a publicação da Portaria de Reconhecimento pelo Presidente do INCRA. Esta Superintendência encaminhou ao INCRA (Sede) o Kit Conjunto Decreto e aguardo a publicação do Decreto pela Presidência da República.

Após a decretação da área como interesse social iniciará as vistorias e avaliações de todos os imóveis particulares incidentes no território da comunidade.

Processo 54700.001261/2006-82 - Mesquita (Cidade Ocidental-GO)

- O RTID está em fase de conclusão e muito provavelmente será entregue ainda em abril de 2011, quando será aberto o prazo para contestação. Será necessário ainda algumas visitas à comunidade para conclusão dos trabalhos.

Processo 54700.000691/2008-49 - Distrito do Forte (São João da Aliança - GO)

- Deverá começar em 2011 os trabalhos para realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território da Comunidade de Distrito do Forte em São João da Aliança.

3. Programa Georreferenciamento

- O Comitê Regional de Certificação foi alterado para promover uma maior interação dos técnicos com a Lei 10.267/01 e Dec. 4.449/03, uma vez que tal procedimento dará mais transparência às análises dos trabalhos apresentados pelos profissionais credenciados, além de diminuir consideravelmente a demanda existente de aproximadamente quinhentos processos. Neste ano foram analisados 238 processos e Certificados 105.

- Para o Território da Cidadania Águas Emendadas, foi elaborado processo administrativo nº54700.001659/2009-61, que solicita contratação de empresas por licitação para georreferenciar projetos de assentamentos desta Superintendência Regional com intuito de atualizar os trabalhos topográficos de acordo com a Lei 10.267/01 (Edital na praça). Ao todo serão licitados 20 Projetos de Assentamento, com total de 2.173 (dois mil, cento e setenta e três) parcelas, e uma abrangência de 91.714,1299 ha.

- Nos demais Municípios que compõem a jurisdição da SR-28/DFE, foram executados com ação direta desta regional sete Projetos de Assentamento em atendimento às pautas negociadas com os movimentos sociais: PA – Terra Conquistada com 10 famílias. Estão em andamento ações de georreferenciamento nos Projetos de Assentamento: PA Boa Vista com 134 famílias; PA Santa Felicidade com 186 famílias (área FETRAF).

4. Programa Topografia

- Especificamente são atendidas todas as pautas negociadas com relação aos problemas nos assentamentos, como relocação de marcos nas parcelas, colocação de marcos de orientação para construção de cercas, divisão de áreas comunitárias pra locação de templos religiosos, poços de saúde, etc., dentre outros. Este é um programa que gera diversas ações de campo, exigindo do INCRA a constante ida aos Projetos de Assentamento, diminuindo a distância com os movimentos sociais. Atualmente existem vários problemas nos Projetos de Assentamento, muitos registrados em Atas de reunião na Superintendência, gerando um acúmulo de trabalho.

5. Programa Cadastro Rural

- O Serviço de Cadastro de Imóveis Rurais nesta regional atua com 19 UMC's, além da própria Superintendência, e, neste ano totalizou 3.188 (três mil, cento e oitenta e oito) transcrições/recepções de formulários; nas emissões de CCIR foram totalizados 4.000 (quatro mil) unidades; foram lançados cento e cinco imóveis certificados no sistema. Para este feito, trabalham atualmente dois fiscais de cadastro, um técnico de cadastro e uma servidora terceirizada.

- Existem aproximadamente 1800 (Hum mil e setecentos) cadastros oriundos da Ação Discriminatória / demarcatória dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte alegre, em Goiás, que dependem de todo procedimento para liberação do CCIR, liberados pela Agência Rural, hoje, aguardando servidores para proceder a análise e transcrição no SNCR desses cadastros. Ocorre que o efetivo de funcionários não dará condições de atender esta demanda, o que nos levará a adotar algumas medidas para resolver esta ação: Conclusão do curso para implantação de novas UMC's; Contratação de mais dois servidores terceirizados; Há

necessidade de deslocar servidores de outras Regionais para atendimentos de toda esta demanda.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A gestão da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno em 2010 foi marcada pela revisão e saneamento de vários processos de obtenção de imóveis, e de implantação de projetos de assentamento; o enfrentamento de um grande passivo ambiental, e a necessidade de proceder as ações de desapropriação do imenso território quilombola kalunga, o maior e um dos mais complexos do Brasil. Em contraposição, a absoluta insuficiência de quadro técnico para operacionalizar as ações demandadas; a falta de recursos para pagamento dos imóveis em processo de aquisição e a demanda reprimida em relação aos acampamentos existentes.

Por recomendação da Procuradoria Jurídica, vários imóveis em processo de obtenção por compra ou desapropriação tiveram determinação para serem reavaliados e a viabilidade técnica aferida. Muitos desses, com processos já completamente instruídos, aguardando apenas a descentralização de recursos para pagamento. Em razão disso, houve um grande retrocesso nas ações de obtenção e um impacto significativo nas metas físicas de aquisição e assentamento, e também nos custos operacionais.

Somado a isso, a falta de recursos impediu a obtenção de diversas áreas, cujos processos foram saneados e estavam em condições de serem obtidas para assentamento das famílias. A falta de quadro técnico suficiente e os entraves burocráticos prejudicaram a obtenção de licenciamento prévio e também repercutiram negativamente nas metas físicas de assentamento.

Em relação à desapropriação dos imóveis situados no perímetro do território quilombola kalunga, foi constituída uma força tarefa, visando realizar as vistorias para avaliação, bem como os procedimentos de encadeamento dominial e instrução processual.

Apesar das dificuldades enfrentadas e de não ter sido possível atingir a meta estipulada inicialmente, foi possível gerar um quantitativo beneficiários superior a mil famílias. Esse número deve ser considerado bastante expressivo, tomando-se em conta o contexto da superintendência no momento. Além disso, vários procedimentos, apesar de não concluídos, foram iniciados e tiveram andamento.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Devido às mudanças na gestão da SR-28/DFE, a Divisão de Desenvolvimento, no decorrer do exercício anterior, passou por 03 (três) chefias, sendo que cada uma permaneceu, em média, 04 (quatro) meses. Assim, a Divisão não teve um Plano de Trabalho Anual, mas sim, planejamentos parciais, os quais também foram prejudicados, devido à sua não implantação integral.

No primeiro período do exercício, deu-se continuidade às atividades que já vinham sendo desenvolvidas no exercício de 2009. No segundo período a chefia buscou conhecer, junto aos Movimentos Sociais, a demanda ainda a ser executada, e iniciou o atendimento desta demanda. Por fim, no último período do ano, procurou-se verificar quais as demandas já atendidas no exercício, e iniciou-se uma reorganização das atividades, tendo como carro-chefe a aplicação do Crédito Instalação, em suas diversas Modalidades, devido ao pouco tempo para finalização do exercício.

Considerando, ainda, a grande demanda de serviço da Divisão e a escassez de recursos humanos, bem como, para otimizar a utilização dos recursos de Gestão e Administração dos Programas, a jurisdição da Superintendência foi dividida em 12 (doze) pólos regionais, que passaram a ser atendidos, cada um, por uma equipe de 03 (três) servidores, os quais realizam todas as atividades de campo relativas à todas as ações desenvolvidas pela Divisão de Desenvolvimento, incluindo vistorias, supervisões, fiscalização e monitoramento. A base deste planejamento é a aplicação do Crédito Instalação, uma vez que será a aplicação deste crédito que efetivamente garantirá a permanência das famílias assentadas no campo, permitindo-lhes o desenvolvimento produtivo e sua subsistência.

Deve ser destacado que um dos maiores entrave na realização dos trabalhos da Divisão de Desenvolvimento diz respeito à insuficiência de corpo técnico. Na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento ocorre a execução das Ações 8396, 4320, 4358, 0427, 2272 do Programa 0137, Ações 4474, 8370 e 2272 do Programa 1350, e Ações 4470 e 2272 do Programa 1427, sendo que há um insuficiente quadro de servidores, em contrapartida à intensa demanda de serviço a ser atendida. Possui-se tão somente 54 (cinquenta e quatro) funcionários, dois quais 07 (sete) são funcionários terceirizados, 08 (oito) são Agentes de Portaria, 02 (dois) são Auxiliares de Administração, 23 (vinte e três) são Assistentes de Administração, 01 (um) é Desenhista, 05 (cinco) são Técnicos Agrícolas, 01 (um) é Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, 01 (um) é Técnico em Educação, 01 (um) é Engenheiro Agrônomo, 02 (dois) são Engenheiros Civis, 01 é Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, e 01 é Analista Administrativo.

A influência recebida pela SR-28/DFE em suas atividades, pelos Movimentos Sociais, também acabou prejudicando o planejamento, uma vez que a disputa/rivalidade entre estes

Movimentos quando atuam em uma mesma região ou Projeto de Assentamento, acarreta em pressão para atendimento de suas demandas específicas, em detrimento de outros Movimentos Sociais, exigindo, assim, que a Superintendência constantemente altere suas prioridades, visto que todos os Movimentos consideram as suas demandas prioritárias.

Outra mudança ocorrida na Divisão decorreu da forma de contratação dos serviços de Assistência Técnica e elaboração de estudos Planos de Desenvolvimento e Recuperação de Assentamentos (PDA/PRA), que passou de Convênio para Chamada Pública. Houve uma necessidade de mudar-se a estrutura e formato de trabalho, com elaboração de edital e análise de propostas. Esta mudança, porém, veio facilitar a contratação dos serviços, evitando a pressão de Movimentos Sociais interessados na contratação de empresas que, por vezes, não se adequavam aos normativos, ou não apresentavam competência para elaboração dos estudos contratados, culminando em estudos não passíveis de aprovação. Em contrapartida, por ser um processo novo, o edital somente foi deflagrado ao final do exercício.

A obtenção de Licença de Instalação e Operação (LIO) dos Projetos de Assentamento passou a ser preocupação constante na maioria das ações desempenhadas, principalmente em função do grande número de Projetos de Assentamento antigos sem a devida licença ambiental, o que os impede de acessar o crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Deste modo atuou-se intensamente na realização de Chamada Pública para a contratação de serviços de assistência técnica, a fim de que estes possam contribuir na agilização dos estudos necessários à emissão da LIO. Além disso, o posicionamento do TCU quanto à ausência de Licença de Instalação e Operação (LIO) nos Projetos de Assentamento influenciou diretamente os trabalhos realizados, dando-se maior ênfase à elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), para posterior encaminhamento do pedido de LIO ao órgão ambiental.

As decisões do TCU em relação à utilização do instrumento de convênio para prestar serviços junto ao PRONERA dificultaram o atendimento da demanda.

Quanto à implantação de infra-estrutura em Projeto de Assentamento, houve uma substancial melhora no atendimento, devido ao considerável aumento da provisão recebida no exercício, a qual sempre fora insuficiente nos exercícios anteriores. Após intensas solicitações da SR-28/DFE, dos Movimentos Sociais e das famílias assentadas, finalmente o INCRA Sede atendeu parte das solicitações, aumentando o valor do recurso a ser repassado, permitindo, o atendimento de quase metade da demanda emergencial de infra-estrutura nos Projetos de Assentamento sob a jurisdição da SR-28/DFE, muito embora ainda haja uma grande demanda a ser atendida.

Porém, ainda permanecem alguns problemas com material de consumo e permanente. Os recursos destinados para a aquisição destes materiais é insuficiente diante da demanda da SR-

28/DFE. Necessita-se de impressoras, máquinas fotográficas, GPS, notebooks, entre outros. Quanto ao material de consumo, alguns materiais fornecidos pelas empresas licitadas comumente são de baixa qualidade, o que também prejudica o serviço, pode-se citar em especial grampeadores e canetas. Além disso, também há a insuficiência de veículos oficiais, e recursos para a realização de deslocamentos ao campo, que constituem a base do trabalho desta Divisão, como diárias, combustível, manutenção de veículos, e locação de veículos.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Continua sendo um fator de alta relevância o término da nova sede da SR-28/DFE, o que nos dá esperança de dias melhores na questão de instalações adequadas ao quadro funcional desta Autarquia, sem contar na previsão de economia anual de mais ou menos R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) aos cofres públicos, gastos com aluguel;

- ✓ Em 2010 tivemos um ano atípico, com o advento da Copa do Mundo e as Eleições para Presidente, Senadores e Deputados, esses eventos influenciaram as ações programadas desta SR, ocasionando, momentaneamente, atrasos nas execuções programadas;
- ✓ Outro fator impactante diz respeito ao contingenciamento orçamentário e financeiro do período, causando nesta UJ uma série de transtornos finalísticos, ou seja:
 - a) Alguns acordos firmados e em execução não prosperaram adequadamente, visto que as execuções físicas e financeiras não ocorreram como haviam sido programadas, influenciando também a ação programada de fiscalização e gerenciamento;
 - b) Com relação aos contratos celebrados enfrentamos problemas com nossos credores, visto que em muitas ocasiões não conseguimos honrar nossos compromissos.
- ✓ Experimentamos no exercício limitações extremas por falta de profissionais, quantitativo e qualitativo, em diversos setores desta unidade. Como exemplo claro desta deficiência, citamos o fato de permanecermos desde fevereiro de 2010 sem contarmos com o profissional contador em nosso quadro funcional, quando seriam necessários no mínimo de três.

É óbvio que a ausência daquele profissional ocasionou retardo e sobrestamento de todas as atividades de competência de uma setorial contábil, entre as quais ressaltamos as análises de prestação de contas de convênios e contratos de repasses, análises nas prestações de contas de suprimentos de fundos e até dos registros de conformidades contábeis entre outras, questões que impuseram os desvios e segregações de funções, como forma de solução.

Como agravante ao reduzido quadro de servidores da área meio, para realizar as análises de prestações de contas de convênios e outros instrumentos congêneres, a falta de **capacitação** é um fator que dificulta mais e mais a operacionalização desses instrumentos.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Joaquim Ferreira da Silva Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família Assentada	2.152	1.017	47,26	-

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
160.523,00	129.760,00	119.812,75	92,33	109.812,75	84,62	109.812,75	84,62

Fonte: SIAFI e PO 2010

Os trabalhos de cadastro e seleção de famílias para o programa de reforma agrária dependem fundamentalmente da obtenção de imóveis, mediante a sua imissão na posse ou transcrição em favor do INCRA. No entanto, em 2010, vários fatores contribuíram para que a aquisição de vários imóveis fosse prejudicada.

Não obstante, cerca de 13 processos de desapropriação e/ou aquisição, devidamente saneados, em condições de serem adquiridos, incluindo-se alguns imóveis que foram reavaliados, foram encaminhados à Diretoria de Obtenção visando à descentralização de recursos, mas não puderam ser adquiridos até o momento devido à falta de orçamento.

Além disso, vários imóveis em aquisição ou desapropriação, cujos processos estavam devidamente instruídos, aguardando apenas a descentralização de recursos tiveram uma determinação para que fossem reavaliados, e a viabilidade técnica aferida. Isso gerou um re-trabalho e um retrocesso nos procedimentos que impediu a aquisição de vários imóveis programados para o ano de 2010. Algumas aquisições foram impedidas, como por exemplo, a Fazenda Santa Rita, situada em Monte Alegre, cujo decreto caducou para a qual estava prevista uma meta de assentamento superior a 400 famílias.

Dessa forma, vários imóveis contados para as metas de assentamento deixaram de ser adquiridos e outros tiveram a sua capacidade de assentamento reduzida, o que impediu o cumprimento das metas previstas.

Apesar de não cumprir a meta prevista, um quantitativo expressivo de famílias foi assentado pela Superintendência. Contribuiu para isso, a obtenção de licença prévia para alguns imóveis cuja imissão de posse já havia sido dada ao INCRA em anos anteriores. Não obstante, ainda restam várias áreas nessa situação, cujo único impedimento à criação do projeto de assentamento é obtenção da licença prévia. Corroboraram com isto, a carência de servidores e as dificuldades burocráticas para os procedimentos de licenciamento.

Houve ainda a necessidade de revisão cadastral em vários projetos recém criados, razão pela qual os recursos previstos nessa ação foram inteiramente gastos apesar do número de famílias assentadas terem sido menor. No entanto, esse trabalho permitiu a constatação e

saneamento de algumas falhas verificadas em procedimentos anteriores e, em muitos casos, a inclusão de novos beneficiários.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	Área Vistoriada	63.493	46.280,43	72,89	17.212,56

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
412.705,00	468.090,49	451.719,40	96,50	437.519,42	93,46	437.519,42	93,46

Fonte: SIAFI e PO 2010

Verifica-se que aproximadamente 72% da meta física prevista foram realizadas. O não cumprimento integral da meta proposta se deve, principalmente, à carência de técnicos na Superintendência. Com isto, há a constante necessidade de se buscar servidores de outras superintendências, o que onera exponencialmente os custos, devido à necessidade de pagamento de diárias por períodos prolongados e custos com deslocamentos.

A necessidade de reavaliação de vários imóveis também corroborou negativamente, uma vez que, em função do constrangimento, os técnicos disponíveis na superintendência e que estariam em condições de realizar esse trabalho solicitaram dispensa sob alegação de foro íntimo. Isso acentuou a necessidade de servidores de outras Superintendências. Além do que, nesse caso requerem-se necessariamente ao menos dois (2) técnicos em avaliação e o tempo demandado é bem superior.

No entanto, considerando-se a capacidade operacional da superintendência, foi expressiva a área vistoriada, perfazendo-se um total de 44.557,87, somente para fins de assentamento (não contabilizando-se as vistorias relativas à desapropriação para fins de regularização de territórios quilombola). Além disso, não estão contabilizadas nessa contagem, 7.509,2106 há vistoriado em perícias judiciais, e que igualmente demandaram força de trabalho e recursos da Superintendência.

Outro aspecto que deve ser considerado relevante foi a otimização dos trabalhos de vistoria em 2010, de forma que a maioria dos imóveis vistoriados tiveram prosseguimento nos processos. Ou seja, pouco trabalho e recurso foram dispensados em imóveis que resultaram inviáveis. Para isto, corroborou uma melhor priorização das áreas a serem vistoriadas; a existência de vários processos em andamento e com situação favorável ao processo de reforma agrária, bem como a utilização de uma filtragem mediante obtenção de informações prévias, incluindo-se a utilização de imagens de satélite.

Como resultados, cerca de quatro imóveis foram decretados como de interesse social, sendo encaminhados 13 processos para descentralização de recursos (kit avaliação).

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	P	3	Licença Ambiental	37	18	48,65	9999

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
598.317,00	528.568,09	494.885,44	93,62	436.028,47	82,49	436.028,47	82,49

Fonte: SIAFI e PO 2010

Verifica-se que apenas 48,65% da meta destinada ao licenciamento ambiental foram cumpridas ao passo que 82,49 % dos recursos foram empenhados. No entanto fazem-se necessário esclarecer que existem várias ações que antecedem o protocolo das licenças e que requerem utilização de recursos, incluindo-se o pagamento de taxas de licenciamento, taxas de pagamento de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, despesas com publicações e recursos com diárias e transporte para realização de vistorias e viagens aos órgãos ambientais para diligências.

No entanto, as planilhas de relatórios de monitoramento não apresentam espaço para registro dessas ações. Nesse sentido, faz-se necessário registrar que além das licenças protocoladas registradas, foram iniciados ou renovados cerca de trinta e dois (36) procedimentos de licenciamentos para assentamentos ou imóveis em processo de aquisição sob gestão desta Superintendência em Minas Gerais e Goiás. Para muitos desses procedimentos foi necessário o pagamento de taxas e o recolhimento de ART, bem como a realização de vistorias para preenchimento de formulários ou elaboração de relatórios de viabilidade ambiental. Também foram dispensados recursos para resolução de pendências de processos de licenciamento já protocolados e em curso.

Esses procedimentos, apesar de não terem culminado no protocolo ou obtenção das licenças em 2010, não representam esforço ou recurso perdido, pois terão continuidade em 2011.

Dentre as várias dificuldades enfrentadas, merece destaque o fato de que em Minas Gerais, os assentamentos sob jurisdição desta Superintendência estão situados em zona de alta ou muito alta vulnerabilidade. Com isto, a maioria dos projetos de assentamento não é passível de se obter Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF. A AAF é uma espécie de licenciamento simplificado, e que dispensa PDAs e PRAs. De forma que foram realizadas várias vistorias e preenchimento de formulários com objetivo de se obter AAF. Porém, não puderam ter continuidade porque ao se realizar as vistorias restou constatada a impossibilidade dessa autorização e a necessidade de se ingressar com pedido de Licença de

operação corretiva – LOC. Ocorre que essas licenças requerem PRA o que demanda contratação de empresas de assistência técnica. E assim, apesar de todo o esforço dispensado, não foi possível protocolar essas licenças. Daí, uma das explicações ao grande número de procedimentos de licenciamento iniciados, mas que não culminaram com o protocolo das licenças. Porém, convém esclarecer que esse procedimento inicial será importante por ocasião da contratação dessas empresas, pois define a magnitude dos estudos necessários ao processo de licenciamento, bem como, os recursos a serem destinados por ocasião da contratação das empresas.

A falta de PDAs e PRAs aprovados tem sido, possivelmente, o maior gargalo ao protocolo e obtenção das licenças de instalação e operação e/ou correção dos projetos de assentamento sob jurisdição da Superintendência do Distrito Federal e Entorno. A maior parte dos produtos apresentados pelas empresas de assistência técnica em anos anteriores foi reprovada pelo INCRA, razão pela qual muitas delas estão em tomada de contas especiais. Com o objetivo de resolver esse impasse, neste ano de 2010 a Superintendência lançou uma chamada pública para contratação de assistência técnica, contemplando 18 lotes de assentamento, contendo praticamente todos os PÁS sob sua jurisdição. No entanto, apenas três empresas foram contratadas para atender três lotes, pois as demais propostas não puderam ser aprovadas por não atenderem aos requisitos do edital. Essas empresas que tiveram propostas aprovadas deverão ter contrato homologado no início de 2011 e espera-se que possam apresentar os produtos necessários ao licenciamento em tempo de se protocolar as licenças ainda nesse ano. Em relação aos demais lotes de assentamento deverão ser lançados uma nova chamada pública em 2011, esperando-se a contratação imediata. No entanto, em função dos cortes orçamentários, teme-se a falta de recursos para tal contratação.

Outro fator preponderante para a pouca eficiência nos processos de licenciamento é a falta de recursos humanos, especialmente de técnicos especializados. No ano de 2010 foram utilizados serviços de técnicos lotados em outras superintendências. Com isto, os gastos com diárias foram onerados exponencialmente, o que contribuiu significativamente para que a execução orçamentária ficasse bem acima das metas físicas realizadas.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Área Obtida	10980	14.70,6478	13,39	9.509,3522

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
22.757.778,00	9.864.133,10	9.864.133,10	100	9.864.133,10	100	9.864.133,10	100

Fonte: SIAFI e PO 2010

Verifica-se que apenas 13,9% da meta de obtenção foram atingidas. É a meta em que culminam todas as ações e procedimentos de vistoria e avaliação realizados pela superintendência. Configura-se no pior resultado em termos de meta física concernente à Divisão de Obtenção. No entanto, esse resultado pífio, que pode tornar em vão todo o trabalho e recursos despendidos nas etapas anteriores não se deveu à falta de ação da Superintendência e sim, a não disponibilização de recursos pelo órgão Central. Trata-se de uma questão de decisão política ao nível de presidência da república, que foge totalmente à governabilidade desta Superintendência.

No que tange à responsabilidade da Superintendência, além das áreas que foram obtidas (pagas) foram encaminhados cerca de treze (13) Kits avaliação para pagamento de imóveis, cujo montante total é aproximadamente três vezes superior ao previsto na Programação Operacional. Incluem-se aí, alguns processos de aquisição visando ao atendimento de demandas emblemáticas, para o atendimento de famílias acampadas há vários anos, e em situação precária, correndo risco de vida às margens de rodovias perigosas. Em muitos desses casos, são processos de aquisição, cuja demora no pagamento dessas áreas pode implicar na desistência dos proprietários.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	-	-	NÃO HÁ	-	-	-

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0,00	96.325,04	58.648,26	60,88	40.212,81	41,75	40.212,81	47,75

Fonte: SIAFI e PO 2010

Para essa ação não há meta. Apesar de se constituir em um centro de custos administrativos dos programas, agregando às despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação prevê o custeio de despesas necessárias para a execução das atividades fins. Assim, esses recursos foram destinados prioritariamente para o pagamento de despesas com diárias, passagens, combustível, manutenção de veículos e material de expediente. Não obstante, trata-se de um recurso importante para custear despesas vinculadas às atividades fins, que normalmente não são computadas ou previstas, por exemplo, viagens do Superintendente e assessor para tratar de assuntos pertinentes ao Programa 0135 (assentamento de trabalhadores rurais). No entanto, faz-se necessário ressaltar que, muitas vezes não é possível separar os elementos de despesa de uma e outra ação. Por exemplo, os recursos destinados a locação de veículos são usados de forma comum em diversas ações, e podem ser oriundos de diversos programas.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sandra Cristina dos Santos Knupfer

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc., visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família Atendida	1349	1476	109,41	3.034

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
3.207.252,00	11.417.750,83	11.417.750,11	100	3.182.675,97	27,87	3.182.675,97	27,87

Fonte: SIAFI e PO 2010

Observa-se na tabela de execução física que a meta prevista para o exercício foi integralmente cumprida, sendo que atendeu 1.476 (um mil, quatrocentas e setenta e seis) famílias, em contrapartida às 1.349 (um mil, trezentas e quarenta e nove) famílias previstas.

Por outro lado, a tabela de execução orçamentário-financeira indica que recebeu-se uma provisão consideravelmente maior que a prevista, sendo que dos R\$ 11.417.750,11 (onze milhões, quatrocentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta reais e onze centavos), houve um empenho do valor integral, muito embora tenha sido liquidado e pago, no exercício, somente R\$ 3.182.675,97 (três milhões, cento e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos), ou seja, 27,9% (vinte e sete por cento e nove décimos).

O recurso, no valor de R\$ 8.235.074,14 (oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setenta e quatro reais, e quatorze centavos) que não chegou a ser liquidado e pago, foi empenhado ao final do exercício, permanecendo, portanto, em restos a pagar, devido tanto a impossibilidade de sua execução ainda no exercício de 2010, quanto ao não repasse do recurso financeiro à SR-28/DFE.

Quando da discussão geral para elaboração da PO 2010, com todas as Superintendências Regionais do INCRA, em dezembro de 2009, a SR-28/DFE esclareceu que a provisão necessária para atender à demanda “emergencial” da sua jurisdição, seria de R\$ 25.676.026,30 (vinte e cinco milhões seiscentos e setenta e seis mil, e vinte e seis reais, e trinta centavos.).

Destacamos que o valor empenhado foi utilizado da seguinte maneira:

- Implantação de sistema de abastecimento de água a cargo da firma GEOBRASIL LTDA, firmou-se 1º Termo Aditivo, no valor de R\$ 293.600,60 (duzentos e noventa e três mil, e seiscentos reais, e sessenta centavos);

- Licitação para complementação de estradas vicinais, a firma vencedora foi a ALS Engenharia LTDA, no valor de R\$ 5.865.031,65 (cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil, e trinta e um reais, e sessenta e cinco centavos);
- Convênio com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso de Goiás/GO, pagamento de Termo Aditivo no valor de R\$ 247.727,59 (duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e vinte e sete reais e cinqüenta e nove centavos), para complementação de estradas vicinais;
- Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Flores de Goiás/GO, valor R\$ 2.149.764,27 (dois milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte sete centavos), para complementação de estradas vicinais;
- Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Uruana/MG, no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), para complementação de estradas vicinais, implantação de sistema de abastecimento de água, e eletrificação de residências rurais;
- Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Buritis/MG, no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), para construção de uma ponte e implantação de poços tipo cisterna;
- Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Mambai/GO, no valor de R\$ 661.626,00 (seiscentos e sessenta e um mil, seiscentos e vinte e seis reais), para complementação de estradas vicinais;

Nota-se que o aumento substancial na provisão recebida, em relação à prevista, ocorreu devido à intensa demanda que a SR-28/DFE sempre apresentou, mas que não era atendida devido à escassez dos recursos orçamentários recebidos. Assim, após intensas solicitações da SR-28/DFE, dos Movimentos Sociais e das famílias assentadas, finalmente o INCRA Sede atendeu parte das solicitações, descentralizando uma maior parcela de recursos para esta ação, na SR-28/DFE. Conseqüentemente, acarretou no aumento do número de famílias a serem atendidas, de modo que, além de atender um número maior de famílias ao que estava previsto, a SR-28/DFE também iniciou, no exercício, a execução de obras que deverão ser finalizadas no exercício seguinte e que deverão atender outras 3.034 (três mil e trinta e quatro) famílias.

Os recursos liquidados e pagos foram destinados à implantação de 57 km (cinqüenta e sete quilômetros) de estradas que atenderam 556 (quinhentas e cinquenta e seis) famílias; à recuperação de 137 km (cento e trinta e sete quilômetros) de estradas, beneficiando 666 (seiscentas e sessenta e seis) famílias; e ao abastecimento de água de 244 (duzentas e quarenta e quatro) famílias.

Já os recursos empenhados, porém não liquidados, estão destinados à implantação de 273 km (duzentos e setenta e três quilômetros) de estradas que irão atender 2.734 (duas mil, setecentas e trinta e quatro) famílias; à recuperação de 32 km (trinta e dois quilômetros) de estradas, atendendo 152 (cento e cinquenta e duas) famílias; e ao abastecimento de água para 148 (cento e quarenta e oito) famílias.

Destaca-se que a implantação e recuperação de infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento são de extrema importância para o desenvolvimento sócio-econômico do Assentamento. A infra-estrutura básica atua diretamente sobre a produtividade, o beneficiamento e o escoamento da produção, além de ser essencial para garantir qualidade de vida às famílias assentadas.

As obras para disponibilizar água aos assentados são vitais para sua fixação no campo. As obras de execução e recuperação de estradas também são sempre necessárias, visto que se trata de um serviço constante, e a cada ano surge a necessidade de recuperar trechos de estradas danificadas pelas chuvas, pelo tráfego intenso e pelo desgaste natural da mesma.

Esses benefícios são sempre solicitados pelos assentados, estando a infra-estrutura entre as principais ações necessárias para o sucesso da reforma agrária.

Os recursos humanos utilizados atualmente para atingir os resultados estão aquém da real necessidade, utilizando-se para a gestão da infra-estrutura na SR-28/DFE um quadro de 02 (dois) Engenheiros Civis, que são servidores de carreira. A estrutura encontra-se carente de outros profissionais necessários para a obtenção de um melhor resultado, verificando-se cada ano a evasão de profissionais do quadro de servidores do órgão, devido aos salários desestimulantes.

Os recursos financeiros são sempre muito abaixo do necessário para a realização de “todas as obras” de infra-estrutura necessárias para atender às necessidades dos projetos de assentamento. Salientamos que, ano a ano, a demanda de obras de infra-estrutura efetivamente necessária aumenta consideravelmente, sendo que, para realmente poder-se “emancipar” todos os Projetos de Assentamento sob a jurisdição da SR-28/DFE, seria necessária uma previsão de recurso estimada em cerca de R\$ 860.000.000,00 (oitocentos e sessenta milhões de reais). Portanto, anualmente a disponibilidade financeira para infra-estrutura não atinge nem 10% (dez por cento) do valor total das necessidades levantadas nos projetos de assentamentos da superintendência.

Quanto à disponibilidade de material utilizado na execução da ação, foi constatado que houve falta de alguns recursos materiais, como, por exemplo, material de controle e acompanhamento (máquinas fotográficas, trenas, GPS, notebooks, etc.) e materiais de escritório (impressoras coloridas, plotter, programa de computador AutoCAD). Há, também, recurso insuficiente para o pagamento de diárias necessárias ao acompanhamento e fiscalização das obras contratadas.

Ressalte-se que estes itens são custeados pela ação 2272, a qual também custeia as atividades de mais outras cinco ações, de modo que os recursos disponibilizados na ação citada acabam sendo insuficientes para a operacionalização de todas as ações dependentes desta.

Quanto as contratação e parcerias, cabe destacar que os convênios com as prefeituras foram de grande importância na busca do atendimento da meta, auxiliando no levantamento e distribuição das demandas e na elaboração de propostas e projetos.

Lembramos, ainda, que é de grande importância a transferência total dos recursos financeiros no início do ano, de modo que o planejamento seja feito de modo global, agilizando as realizações da ação de infra-estrutura e colaborando de forma significativa para o atendimento da meta.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família Atendida	539	2173	403,15	2350

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
377.523,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

Mesmo não havendo repasse financeiro, esta ação foi feita em conjunto com a ação de georreferenciamento, uma vez que foram georreferenciados 23 Projetos de Assentamentos atendendo a 2.173 (dois mil cento e setenta e três) famílias.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	4	Família Beneficiada	1384	-	-	-

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
2.616.146,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

A Ação 4320, Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Terra Sol), não foi implementada no exercício, assim como não fora prevista meta a ser cumprida, como é possível observar na tabela de execução física. Em decorrência, não houve previsão de recursos orçamentários para esta ação, não havendo, portanto, repasse de recursos para sua execução.

A execução desta ação depende da apresentação de projetos, pelas famílias assentadas, de acordo com os normativos, para análise e aprovação. A SR-28/DFE somente recepcionou 01 (um) projeto no exercício, porém, o mesmo não foi analisado por técnico habilitado, motivo pelo qual não foi solicitada descentralização de recursos nesta ação.

Conforme os normativos, os servidores da SR-28/DFE podem elaborar os projetos do Terra Sol para as famílias assentadas, contudo, a instituição não possui funcionários suficientes e habilitados para a elaboração destes projetos.

Ressalta-se que na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, na qual ocorre a execução desta e outras 03 (três) ações do Programa 0137, há um insuficiente quadro de servidores, em contrapartida à intensa demanda de serviço a ser atendida. Possui-se tão somente 54 (cinquenta e quatro) funcionários, dois quais 07 (sete) são funcionários terceirizados, 08 (oito) são Agentes de Portaria, 02 (dois) são Auxiliares de Administração, 23 (vinte e três) são Assistentes de Administração, 01 (um) é Desenhista, 05 (cinco) são Técnicos Agrícolas, 01 (um) é Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, 01 (um) é Técnico em Educação, 01 (um) é Engenheiro Agrônomo, 02 (dois) são Engenheiros Civis, 01 é Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, e 01 é Analista Administrativo.

Assim, ocorre que as ações mais demandadas pelas famílias assentadas acabam por receber maior atenção que outras que possuem uma demanda menor, motivo pelo qual a ação 4320 acaba

apresentando uma execução precária ou mesmo acaba não sendo executada. Há uma preocupação da SR-28/DFE com o fato de não conseguir atender devidamente a todas as ações, não obstante, além da demora na liberação e na escassez dos recursos para financiar custo de aluguel e manutenção de veículos, combustível e diárias, para a realização das atividades de campo, essenciais à maioria das ações, o corpo técnico, além de insuficiente, conta com poucos profissionais habilitados necessários ao desenvolvimento de ações como o Terra Sol.

Entende-se que esta ação possui a sua maior importância no fato de melhorar a produção dos Projetos de Assentamento, facultando às famílias o beneficiamento da produção, ou o desenvolvimento da infra-estrutura necessária ao escoamento da produção. Não obstante, além dos projetos serem coletivos, e, portanto, de mais difícil aceitação pelas famílias assentadas que possuem ainda uma arraigada cultura do individual, há também a transferência dos bens financiados pelo Terra Sol às Associações dos Projetos de Assentamento, o que implica em um acompanhamento muito próximo, pela SR-28/DFE, na devida utilização destes bens, em especial, diante de fatos ocorridos em exercícios anteriores em que se identificou o não tombamento destes bens, sua transferência para outro local que não o Projeto de Assentamento para o qual foram destinados, e sua utilização em outras atividades e não para o fim para o qual haviam sido financiados.

Em contrapartida, nota-se que, com a Chamada Pública realizada ao final do exercício, para a prestação de assistência técnica, a execução desta ação pode vir a apresentar melhoras no exercício de 2011, contribuindo na elaboração dos projetos e no acompanhamento e fiscalização da implantação dos projetos.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	4	Documento de Titulação Expedida	806	1175	145,78	9999

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
116.810,00	116.811,00	115.745,47	99,09	115.745,47	99,09	115.745,47	99,09

Fonte: SIAFI e PO 2010

Houve, na ação 4358, a execução de uma meta consideravelmente superior àquela prevista para o período. Conforme evidenciado na tabela de execução física, emitiu-se 1.175 (um mil, cento e setenta e cinco) títulos provisórios (Contratos de Concessão de Uso – CCU), enquanto que a meta prevista era de 806 (oitocentos e seis) títulos, apresentando, portanto, uma execução de 145,8% (cento e quarenta e cinco por cento e oito décimos).

Já a tabela de execução orçamentário-financeira demonstra que foi repassado à SR-28/DFE todo o recurso previsto, sendo que dos R\$ 116.810,00 (cento e dezesseis mil, oitocentos e dez reais), emitiu-se empenho de R\$ 115.745,47 (cento e quinze mil, setecentos e quarenta e cinco reais, e quarenta e sete centavos), portanto, 99,1% (noventa e nove por cento e um décimo) do recurso recebido. O recurso empenhado foi liquidado e pago em sua integralidade, tendo-se executado com o mesmo 45,8% (quarenta e cinco por cento e oito décimos) a mais que a meta prevista.

A emissão de títulos provisórios, acima do previsto, sem a majoração do recurso necessário, ocorreu devido ao fato de que se emitiu CCU para vários beneficiários que haviam sido homologados em exercícios anteriores, porém, somente haviam recebido uma Certidão ou Termo de Compromisso. Ocorre que houve um período, em exercícios anteriores, que as famílias, ao serem homologadas, somente recebiam uma Certidão ou Termo de Compromisso, sem emissão de CCU. Porém, após a edição da Norma de Execução 79/2008, verificou-se a necessidade de emitir o CCU para aplicação dos Créditos de Instalação, assim, à medida que vários destes casos foram sendo identificados no exercício, providenciou-se a emissão do CCU respectivo.

Quanto à não emissão de títulos definitivos (Título de Domínio), tem-se a informar que realizou-se, no exercício, vistorias *in loco* a fim de verificar se as cláusulas contratuais estavam sendo

cumpridas. Após a vistoria, fez-se o levantamento do valor a ser cobrado pelos Títulos de Domínio, o qual foi encaminhado para aprovação do Comitê de Decisão Regional (CDR), composto pelo Superintendente Regional, pelo Procurador Regional e pelos Chefes de Divisão da SR-28/DFE. Todavia, o valor levantado não foi aprovado, o que implicou na realização de novo levantamento, o qual foi concluído ao final do exercício, porém, não houve tempo hábil para a análise e aprovação da proposta no Comitê, de modo que nenhum título pôde ser emitido no exercício de 2010.

Também atuou-se na área de Títulos de Domínio com a fiscalização do pagamento das prestações de Títulos de Domínio emitidos em exercícios anteriores e emissão de boletos anuais para o pagamento das prestações.

Destaca-se que a ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento é uma atividade sucessivamente realizada na SR-28/DFE através das constantes vistorias em Projetos de Assentamento. Infelizmente, tem-se no presente uma grande rotatividade de parcelas em alguns Projetos de Reforma Agrária, ensejando a invariável realização de novas vistorias e supervisões ocupacionais.

Através das vistorias e supervisões verificam-se as parcelas abandonadas ou irregularmente ocupadas, providenciando-se sua regularização. Concomitantemente, verifica-se se os demais parceiros estão cumprindo os termos do Contrato de Assentamento.

Este trabalho é constante, porém, há 181 (cento e oitenta e um) Projetos de Assentamento sob a jurisdição da SR-28/DFE, com 13.143 (treze mil cento e quarenta e três) famílias assentadas. Em contrapartida ao escasso número de servidores que executam as atividades desta ação e, simultaneamente, atuam na fiscalização e acompanhamento das ações 4320 e 0427.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, na qual ocorre a execução desta e outras 03 (três) ações do Programa 0137, há um insuficiente quadro de servidores, em contrapartida à intensa demanda de serviço a ser atendida. Possui-se tão somente 54 (cinquenta e quatro) funcionários, dois quais 07 (sete) são funcionários terceirizados, 08 (oito) são Agentes de Portaria, 02 (dois) são Auxiliares de Administração, 23 (vinte e três) são Assistentes de Administração, 01 (um) é Desenhista, 05 (cinco) são Técnicos Agrícolas, 01 (um) é Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário, 01 (um) é Técnico em Educação, 01 (um) é Engenheiro Agrônomo, 02 (dois) são Engenheiros Civis, 01 é Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, e 01 é Analista Administrativo.

Aliado a isso, tem-se uma pequena frota de veículos para realizar todo o trabalho de campo na extensa área de atuação da SR-28/DFE, o que exige a constante contratação de aluguel de veículos.

Deveria ser realizada pelo menos uma vistoria anualmente em cada Projeto de Assentamento, o que, infelizmente, é prejudicado pelo exíguo quadro de servidores da SR-28/DFE e a grande demanda de trabalho existente. Assim, as vistorias geralmente são direcionadas aos Projetos de Assentamento que estão em vias de receber recursos creditícios, financiamento de projetos de investimento e/ou dos quais se recebeu denúncias de irregularidades.

Ressalte-se que, como se trata de uma ação executada diretamente por funcionários do INCRA, não ocorre a contratação de parcerias e a transferência de recursos. Assim, todos os recursos necessários para a realização dos trabalhos provieram da ação 2272, visto que os recursos se destinaram, em sua maioria, ao custeio de diárias, combustível, locação de veículos e suprimento de fundos para a realização dos trabalhos de campo.

Neste aspecto, ressaltamos a insuficiência de recursos para a realização destes trabalhos, com sua constante falta para o pagamento de diárias e combustíveis, acaba, por vezes, paralisando os trabalhos, prejudicando as diversas ações dependentes de vistorias, supervisões, acompanhamento e fiscalização com recursos da ação 2272.

No exercício foram realizadas inúmeras vistorias e supervisões ocupacionais, as quais resultaram na regularização e emissão dos títulos apresentados na tabela de execução física; assim como, na emissão de títulos de exercícios anteriores.

Muito embora se constitua em meta não prioritária na LDO, esta ação é imprescindível para o adequado desenvolvimento do trabalho das demais ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, motivo pelo qual o maior número de servidores está concentrado nesta ação, sendo, ainda assim, insuficiente, por atuar também na fiscalização e acompanhamento de outras ações.

Novos servidores são constantemente solicitados ao INCRA Sede. Foi realizado concurso para provimento de cargos no primeiro semestre de 2010, entretanto, nenhum servidor foi nomeado.

Em síntese, a SR-28/DFE, para normalizar o seu quadro de servidores, tornando-o compatível com a sua demanda de trabalho, deveria contratar, hoje, no mínimo, mais 50 (cinquenta) servidores.

Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta. Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto. Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	10YN	P	4	Projeto Consolidado	0	0	0	0

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

A SR-28/DFE não possui Projetos de Assentamento integrantes do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID. Também não há projetos de Assentamento consolidados ou em vias de emancipação sob a jurisdição da SR-28/DFE.

Por conseguinte, conforme é possível verificar nas tabelas de execução física e execução financeiro-orçamentária, não houve meta física prevista e/ou realizada, bem como, também não foram disponibilizados recursos para esta ação.

2.3.2.5 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	4	Unidade de Família de Produção Atendida	0	0	0	0

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
708,00	707,66	707,66	100	707,66	100	707,66	100

Fonte: SIAFI e PO 2010

Devido à falta de capacidade operacional, a Superintendência priorizou as ações relativas à obtenção de licenças, e deixou de apresentar o detalhamento do planejamento para esta ação. O principal fator determinante para uma melhor execução dessa Ação é a disponibilização de técnicos em número suficiente para a Superintendência.

Por esta causa também não houve descentralização de recursos. Porém, trata-se de uma ação importante para cumprimento dos condicionantes ambientais. Essa importância toma corpo a medida que as licenças vão sendo obtidas. Dessa forma, trata-se de uma ação que deverá ter uma prioridade gradativa, podendo se tornar na principal ação do serviço de meio ambiente com o decorrer dos anos.

2.3.2.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	OP	4	Família Atendida	1958	120	6,1	353

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
12.558.643,00	3.060.800,00	3.060.800,00	100!	960.000,00	31,36	960.000,00	31,36

Fonte: SIAFI e PO 2010

Verifica-se, nas tabelas acima, que executou-se apenas 6,1% (seis por cento e um décimo) da meta prevista, com o atendimento de 120 (cento e vinte) famílias. No entanto, observa-se que o recurso previsto para atender a meta prevista de 1.958 (um mil, novecentos e cinquenta e oito) famílias, da ordem de R\$ 12.558.643 (doze milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais), não foi totalmente descentralizado. Recebeu somente 24,4% (vinte e quatro por cento e quatro décimos) do recurso previsto, ou seja, R\$ 3.060.800,00 (três milhões, sessenta mil, e oitocentos reais). O recurso repassado foi integralmente empenhado, entretanto, somente 31,4% (trinta e um por cento e quatro décimos) foram liquidados e pagos.

Ressaltamos que, devido a não descentralização de todo o recurso previsto na PO de 2010, a meta prevista ficou prejudicada, podendo ser atendidas apenas 469 (quatrocentas e sessenta e nove) famílias, de modo que se atendeu 120 (cento e vinte) famílias no exercício, restando a execução do crédito para mais 349 (trezentas e quarenta e nove) famílias, a qual deverá encerrar-se no exercício de 2011.

O recurso efetivamente aplicado foi destinado à complementação do Crédito Instalação Modalidade Aquisição de Material de Construção, com valor individual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para 120 (cento e vinte) famílias.

Em contrapartida, houve a liquidação e pagamento do Crédito Instalação, no valor de R\$ 3.152.600,00 (três milhões, cento e cinquenta e dois mil, e seiscentos reais), para outras 415 (quatrocentas e quinze) famílias no exercício, decorrente de restos a pagar do exercício de 2009. Restando, ainda, R\$ 9.058.600,00 (nove milhões, cinquenta e oito mil, seiscentos reais) de restos a pagar do exercício de 2009, para atender 1.740 (um mil, setecentos e quarenta) famílias, e R\$ 2.100.800,00 (dois milhões, cem mil, e oitocentos reais) de restos a pagar do exercício de 2010,

relativos às 349 (trezentas e quarenta e nove) famílias que até o presente não foram liquidados devido à falta de recursos financeiros.

Porém, foi efetivamente aplicado o crédito, no valor aproximado de R\$ 5.669.325,69 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos), para 1.155 (um mil, cento e cinquenta e cinco) famílias no decorrer do exercício, que já possuíam recursos financeiros depositados nas contas dos Projetos de Assentamento, nas Modalidades Apoio, Fomento e Aquisição de Material de Construção.

Lembramos, todavia, que existe uma grande demanda pelas diversas modalidades do Crédito Instalação nos Projetos de Assentamento, simultaneamente, há uma grande quantidade de recursos a serem aplicados. Contudo, não há recursos humanos e financeiros suficientes para operacionalização da ação.

Os contratos de crédito somente são emitidos com a devida realização de vistoria ocupacional para verificar a regularidade dos beneficiários a serem contemplados. O pagamento dos fornecedores somente ocorre após a realização de vistoria do material/produto entregue. Acrescente-se que normalmente para um mesmo Projeto de Assentamento é necessária a realização de mais de uma vistoria, visto que as empresas contratadas comumente não possuem condições financeiras para entregar os materiais/produtos a todas as famílias assentadas a um só tempo. Quanto às modalidades Material de Construção e Recuperação Material de Construção, estas ainda exigem nova vistoria para verificar a conclusão da obra para efetuar-se o pagamento da mão-de-obra.

Outro problema enfrentado na execução desta ação é a falta de um sistema oficial de gerenciamento das informações do crédito. Atualmente trabalha-se com o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, o qual possui os dados dos beneficiários e emite os contratos de crédito. Todavia, o SIPRA não gerencia as informações do crédito, as quais devem ser preenchidas manualmente. Assim, há uma grande dificuldade em gerenciar os dados do crédito, devido ao grande número de informações e insuficiente número de funcionários para gerir estas informações. Para solucionar este problema está sendo implementado pelo INCRA Sede o Sistema de Informações Rurais – SIR, que terá uma interface com o SIPRA, o que deverá agilizar e facilitar as atividades, além de dar maior fidelidade às informações. Porém, enquanto o novo sistema não é implantado, há uma grande dificuldade de controle das informações do crédito.

Na operacionalização do Crédito Instalação ocorre a contratação de empresas fornecedoras de materiais/produtos. Estas empresas são selecionadas em Assembléia Geral realizada no Projeto de Assentamento a ser contemplado com o crédito, sendo escolhida a empresa que apresentar o menor preço e a qualidade exigida dos materiais/produtos. Tendo-se efetivado a entrega dos materiais/produtos, estes são fiscalizados, para então serem encaminhadas ao agente financeiro para

pagamento as notas fiscais assinadas pelo beneficiário do crédito, pelo representante da Associação e pelo servidor responsável pela fiscalização.

A descentralização do recurso para as contas das Associações é importante para a operacionalização do Crédito Instalação, visto que normalmente a aplicação destes créditos extrapola o exercício financeiro. Em contrapartida, esta descentralização gera alguns problemas quando existe mais de uma Associação no Projeto de Assentamento ou quando existem divergências entre os representantes da Associação e assentados.

A ação não está elencada entre as ações prioritárias da LDO. Contudo, permite às famílias assentadas realizarem seus primeiros investimentos na produção, além de lhes garantir uma moradia adequada, o que é essencial para sua instalação na parcela, com o mínimo de conforto possível.

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividade-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
62.6252,00	1.153.502,36	1.138.287,07	98,68	1.125.967,23	97,61	1.125.967,23	97,61

Fonte: SIAFI e PO 2010

Em se tratando a ação 2272 de Gestão do Programa 0137, ela não possui meta física, visto direcionar-se para as atividades meio necessárias à execução das atividades fim das demais ações que compõem o Programa 0137.

Ocorreu a descentralização de R\$ 1.153.502,36 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, quinhentos e dois reais, e trinta e seis centavos), ou seja, 184,2% (cento e oitenta e quatro por cento e dois décimos) do valor inicialmente previsto. Emitiu-se empenho de 98,7% (noventa e oito por cento e sete décimos) dos recursos repassados, e liquidou-se e pagou-se 97,6% (noventa e sete por cento e seis décimos), do total recebido, somando R\$ 1.125.967,23 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e sete reais, e vinte e três centavos).

Deste valor, aproximadamente, R\$ 659.664,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais) foram destinados ao pagamento de diárias, R\$ 19.000,00 foram empregados na aquisição de pneus para os veículos oficiais, e R\$ 447.303,23 (quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e três reais e vinte e três centavos) foram utilizados no pagamento de combustível, locação de veículos e suprimento de fundos aos servidores.

No Programa 0137, esta ação demanda muitos recursos financeiros, pois destina-se aos custos administrativos com diária, combustível, manutenção e locação de veículos, e suprimento de fundos de 06 (seis) ações, nas quais as atividades de campo são constantes e os recursos necessários comumente são insuficientes.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Auro de Sousa Arrais

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado	6072	3188	52,50	4000

Fonte: SIAFI e PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
54.652,00	59.900,61	58.217,34	97,19	57.417,34	95,85	57.417,34	95,85

Fonte: SIAFI e PO 2010

As ações desenvolvidas pelo setor representam um esforço salutar pela Divisão em virtude da falta de servidor para maior celeridade nos processos existentes na área cadastral. Ficou por atender os processos de Fiscalização Cadastral dos imóveis com área superior a 10.000,00 há, por não ter um servidor destacado para este objetivo em razão do volume de procedimentos cadastrais que esta Superintendência canaliza, além dos processos de certificação com forte demanda. Sem contar nas condições de trabalho e descentralização de recursos tardiamente para atendimento nas diárias e instalação de UMC's nos municípios.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
-	-	0138	2114	-	-	Sistema de Cadastro	-	-	-	-

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

NÃO SE APLICA

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	3	Área medida	2604	0	0	25

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
39.063,00	43.450,20	33.971,20	78,18	33.971,20	78,18	33.971,20	78,18

Fonte: SIAFI e PO 2010

Ação desenvolvida com êxito, com a criação do grupo de trabalho interno pode-se fazer as vistorias em cada imóvel no período específico de medição, sem gerar transtorno à Superintendência. As empresas estão na fase de entrega das peças técnicas para certificação. Salienta-se que houve acréscimo no número de lotes medido, o que gerou continuidade no processo de licitação com os termos aditivos em 25% do contrato inicial.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	2110	A	3	Área regularizada	341	0	0	994

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
140.000,00	142.000,00	141.838,06	99,88	141.838,06	99,88	141.838,06	99,88

Fonte: SIAFI e PO 2010

Não se conseguiu concluir as instruções processuais para atingir as metas pretendidas em razão das urgências existentes na Superintendência, em função de pressões dos movimentos sociais. Vale ressaltar que foram realizadas vistorias em 45% dos imóveis pretendidos, colocando os processos em fase de finalização. Ressalta-se também que os recursos financeiros vieram em sua grande parte já no final do ano, o que travou nas análises agronômicas e topográficas.

Como forma de dar seqüência a esta ação, é importante salientar que todos os procedimentos para identificação da clientela e situação ocupacional e fundiária que se encontram no atualmente foi configurado, detalhado e incluído nos processos administrativos, o que dará suporte técnico maior para se atingir a meta pretendida para o ano de 2011.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8380	A	3	Área c/processo impetrado	0	0	0	1

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

Não houve nenhuma ação para este fim.

Para o ano de 2011, existe um processo de reintegração de posse de um imóvel de domínio da União, localizado no PICAG.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	8378	A	3	Área diagnosticada	10000	0	0	0

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
27.150,00	20.000,00	18.790,39	93,95	18.790,39	100	18.790,39	100

Fonte: SIAFI e PO 2010

Vistorias realizadas no PICAG pra destinação das áreas remanescentes oriundas da emancipação deste Projeto de Colonização, da Fazenda Palma / Rodeador (imóvel da União), e, Fazenda Boa Vista de domínio da União (processo em fase de transferência para a União/SPU-GO). Vistorias realizadas em parte destas áreas, em virtude de repasse de verba já no final do exercício de 2010.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	63.055,40	44.571,73	70,68	42.071,73	66,72	42.071,73	66,72

Fonte: SIAFI e PO 2010

Recurso utilizado na viabilização das ações desenvolvidas pela Divisão e setores de outras divisões cujas ações se interagiam. Em razão disso sua gestão ficou a cargo da Divisão de administração.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria Solange dos Santos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	3	Servidor Capacitado	66	11	16,66	-

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
62.502,00	27.133,08	22.654,51	83,49	21.856,51	80,55	21.856,51	80,55

Fonte: SIAFI e PO 2010

Os principais resultados obtidos com capacitação no exercício de 2010:

- ❖ Obtivemos resultados positivos na execução das atividades realizadas pelos servidores capacitados.

O principal problema enfrentado por esse serviço de Desenvolvimento Humano:

- ❖ Falta de interesse por parte dos servidores.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Marco Aurélio Bezerra da Rocha

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família Acampada Assistida	565	30934	5475,04	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
63.240,00	318.525,25	299.923,78	94,16	209.716,33	65,84	208.988,35	65,61

Fonte: SIAFI e PO 2010

Referente à distribuição de Cestas Básica do ano corrente de 2010, foram entregues 30.934 cestas básicas para 4.624, famílias distribuída em 07 (sete) etapas durante o ano de 2010 inicialmente a meta prevista foi de 565 famílias, todas as Cesta Básicas foram previamente autorizado pela Companhia de Abastecimento (CONAB) junto ao INCRA a entregar para os acampados, quanto à meta de famílias a serem beneficiada com Cesta Básica do ano de 2011, vai depende de quantos acampamentos vão ser criados.

Referente à distribuição de Lonas Plásticas foram compradas 197 rolos de lonas com recursos descentralizados pela Ouvidoria e destruídos em 59 acampamentos na região superintendência nos estados de Goiás - GO, Minas Gerais - MG e Distrito Federal para atender demanda que apresentaram estado de emergência.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa:

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Auro de Sousa Arrais

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada	-	-	-	1

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
136.762,00	538.914,00	465.134,36	86,31	410.818,42	76,23	410.818,42	76,23

Fonte: SIAFI e PO 2010

O percentual da meta realizada foi elevado, pois se criou um Grupo de Trabalho específico para realizar vistorias e avaliações dos imóveis rurais que incidem no território quilombola Kalunga decretado em novembro de 2009.

Para se chegar à titulação de um território quilombola, deve-se concluir uma lista de tarefas como: elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação vistorias e desapropriações. Após todas as tarefas concluídas é que pode ser emitido o título do território para a comunidade.

Por essa razão a meta prevista para 2010 foi zero. A meta a ser realizada em 2011 será 1 (uma) comunidade titulada, já que o Território Quilombola da Comunidade Kalunga está em fase de vistorias e desapropriações.

Dentre as ações desenvolvidas nessa ação, estão ações intermediárias entre o reconhecimento e a demarcação dos territórios quilombolas e a sua titulação. Trata-se de uma etapa longa e complexa, que envolve várias ações inerentes à desintrusão de não quilombolas. Para isto, faz-se necessário a identificação e abertura de processos para desapropriação. Os procedimentos de desapropriação de não quilombolas, após a formalização de processos administrativos específicos, envolvem a delimitação do perímetro dos imóveis não quilombolas, instrução dos processos com

certidões atualizadas dos imóveis e documentos dos proprietários, elaboração de cadeia sucessória dominial até a origem, vistoria e avaliação, análise jurídica, descentralização e empenho de recursos, e ajuizamento de ações de desapropriação.

Nesse contexto, encontra-se sob jurisdição da Superintendência do INCRA no Distrito Federal e Entorno, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, o Território Quilombola Kalunga, decretado como de interesse social em novembro de 2009. Trata-se do maior território quilombola do Brasil, com aproximadamente 262 mil há, onde estão localizadas várias comunidades quilombolas kalunga, contendo aproximadamente 5.000 pessoas.

A contar da data de publicação do Decreto Presidencial, que declara o território como de interesse social, o INCRA tem apenas dois anos para realizar as avaliações, instruir os processos e ajuizar as ações de desapropriação contra os proprietários existentes. Considerando-se a extensão da área (aproximadamente 260.000 há distribuídos em três municípios), a quantidade de Processos existentes (aproximadamente 150 processos formalizados), a inexistência de quadro técnico na Superintendência, e o exíguo prazo para realização desse trabalho, trata-se de missão extremamente difícil. Porém, se considerada a confusão dominial existente, as inúmeras sobreposições de registros, as irregularidades cartorárias, a ausência de limites de respeito definidos em campo, e o fato de que todos esses municípios estão envolvidos em ação discriminatória e demarcatória, os desafios beiram ao impossível. Corrobora com isso o fato de que as ações de desapropriação devem ser propostas em desfavor de proprietários claramente especificados, sendo que as avaliações dos imóveis também dependem da correta identificação dos limites, que por sua vez, depende da confiabilidade das certidões de registro.

Nesse sentido, um grande esforço foi desenvolvido pela Superintendência do Distrito Federal e Entorno, envolvendo a Divisão de Obtenção e a Divisão Fundiária, em parceria com o Setor de Quilombolas da Diretoria Fundiária (INCRA SEDE), resultando na criação da Portaria/INCRA/P/nº 434, de 12 de julho de 2010, reformulada pela Portaria INCRA/P/ nº 616 de 07 de Outubro de 2010, publicada no Diário Oficial do dia 11 de Outubro de 2010, para constituição de uma Força Tarefa visando a realização desses trabalhos de vistoria e avaliação, instrução processual e elaboração de cadeia dominial para desapropriação dos imóveis situados no Território Quilombola Kalunga.

Como balanço geral das ações desenvolvidas por essa Força Tarefa, temos:

- ✓ Mínimo de 50 imóveis com identificação a campo e levantamento topográfico efetuado;
- ✓ 34 avaliações executadas;
- ✓ 9 cadeias dominiais elaboradas (cadeias completas até a origem).

Dentre os principais entraves à realização dos trabalhos, destacam-se:

- Número de servidores envolvidos com o processo foi inferior ao efetivo da Portaria,
- Dificuldade de acesso aos imóveis por estarem situados em área de declive acentuado, dificultando o rendimento nos trabalhos de campo;
- Em alguns casos, a dificuldade em localizar os proprietários ou alguém que conhecesse as divisas dos imóveis;
- Intervenção no Cartório de Registro de Imóveis de Cavalcante, que devido a demanda atrasada de protocolos do referido Cartório (que além do Registro de Imóveis, engloba também Registro de Pessoais Cíveis, Registro de Veículos, Tabelionato de Notas, de Títulos e Protestos, entre outros), não consegue atender aos pedidos de certidões feitos pelo INCRA durante este período;
- A situação precária dos livros de registros do referido Cartório, que contém rasuras, páginas em branco, matrículas duplicadas entre outros também dificultam a elaboração de certidões para a elaboração de cadeias dominiais;
- A dificuldade encontrada pelo INCRA em licitar a digitalização dos livros cartoriais e a dificuldade em manusear as fichas de microfilme dos livros cartoriais, adicionada ao fato de não ter sido viabilizada a contratação de uma pessoa para atender as solicitações do INCRA, porque a pessoa indicada pela cartorária se recusou ao ofício, e também pelo próprio INCRA não ter viabilizado a colocação de um servidor para elaborar as certidões necessárias, tendo em vista que havia acordo com o Oficial Substituto e o Juiz de Direito da Comarca de Cavalcante, contribuíram para a não elaboração das cadeias dominiais;
- A existência de Ação Discriminatória nos municípios de Cavalcante e Teresina de Goiás que se encontra na fase Demarcatória com sentença judicial expedida em 1990, que exclui alguns imóveis da Discriminatória, mas que remete a Demarcatória para dar certeza derradeira do feito, faz com que seja necessário a consulta ao Estado de Goiás para a manifestação sobre a exclusão, como também ao Poder Judiciário, Comarca de Cavalcante..

Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	OP	3	Área indenizada	-	-	-	-

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	7.439.266,39	7.439.266,39	100	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

Ação executada pelo Grupo de trabalho constituído por servidores do INCRA/SEDE e outras Superintendências, juntamente com a Divisão de Obtenção da SR-28/DFE.

Verifica-se que foi descentralizados e empenhados um montante de recursos bem superior ao previsto na programação orçamentária. No entanto, devido a atrasos nos procedimentos técnico-administrativos, visando ao saneamento de algumas dúvidas e pendência, não foi possível o ajuizamento das ações ainda no exercício de 2010. No entanto, a previsão é de que essas ações sejam ajuizadas ainda no início de 2011.

Além disso, convém mencionar que, conforme mencionado no item referente à ação 1642, um grande esforço foi desenvolvido no sentido de vistoriar, avaliar e instruir processos de desapropriação. No entanto, devido ao tempo necessário para esses trabalhos e os atrasos decorridos especialmente das dificuldades para obtenção de certidões cartorárias, não foi possível sanear os processos em tempo de serem ajuizadas ações. No entanto, espera-se que estes processos estejam finalizados no próximo ano, vindo a se constituir numa grande gama de ações a serem ajuizadas, o que demandará um vultoso volume de recursos para o próximo ano.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Joaquim Ferreira da Silva Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	4	Trabalhador rural escolarizado	0	0	0	0

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

Não houve previsão de meta a ser realizada no exercício para a ação 4474, portanto, também não houve previsão de transferência de recursos para sua execução, conforme demonstrado nas tabelas de execução física e orçamentário-financeira.

A execução da ação é diretamente dependente da realização de parcerias com entidades educacionais, únicas autorizadas a realizar atividades educativas com emissão de certificado de conclusão, sendo que o papel do INCRA se restringe à análise e aprovação das propostas, ao acompanhamento e fiscalização das atividades, e o conseqüente repasse de recursos às entidades prestadoras do serviço.

No entanto, desenvolveu-se, no exercício, atividades relativas a Curso de Educação de Jovens e Adultos, firmado através de Termo de Cooperação no exercício de 2008. Este curso previa a escolarização de 1.500 (um mil e quinhentos) trabalhadores rurais, através de recursos de destaque orçamentário do INCRA Sede. Seu encerramento estava previsto para o final do exercício de 2010, porém, considerando que a carga horária prevista no projeto fora cumprida antes do prazo previsto, o curso foi encerrado em março de 2010.

Os alunos que terminaram o curso deverão estar recebendo seu Certificado de Conclusão ainda no exercício de 2011, após sua emissão pela Secretaria de Educação de Buritis/MG. Após a certificação dos mesmos, a entidade educacional deverá encaminhar à Superintendência a relação de educandos certificados.

Não foi recepcionada nenhuma nova proposta para a ação 4474 no exercício, muito embora, tenha-se realizado contato com entidade educativa interessada em firmar parceria nesta ação, a qual está elaborando proposta que deverá ser apresentada para análise do INCRA no exercício de 2011.

A execução desta ação enfrenta alguns entraves, como a insuficiência de servidores para executar as atividades da ação, visto que há apenas um servidor responsável por todas as ações do Programa 1350; as dificuldades de transporte para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Trabalho; a evasão de alunos; os atrasos nos pagamentos às instituições parceiras e os problemas nas prestações de contas parciais e finais apresentadas por estas instituições.

Apesar dos problemas elencados e da não execução de meta física no exercício, a SR-28/DFE tem trabalhado no sentido de manter projetos nesta ação, em especial considerando a importância de levar o ensino ao campo, oferecendo aos trabalhadores rurais a possibilidade de se alfabetizarem e poderem participar mais ativamente da sociedade. Assim, tem-se realizado um esforço no sentido de trabalhar juntamente com instituições de ensino, a fim de sensibilizá-las, inclusive em alguns casos levando representantes para conhecer Projetos de Assentamento, e assessorando-as na elaboração das propostas.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	6952	A	4	Profissional capacitado	0	0	0	0

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0!	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

Não houve previsão e execução de meta física e de recursos orçamentário-financeiros na Ação 6952, a qual se destina à Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, visto que esta ação é executada exclusivamente pelo INCRA Sede, sem a participação da Superintendência Regional.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional formado	0	0	0	0

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

As tabelas de execução física e orçamentário-financeira da Ação 8370 demonstram não haver sido executada meta física no exercício, bem como, não se recebeu provisão para execução desta ação.

Nota-se, inclusive, que não foi prevista meta a ser executada no período, bem como, não foi prevista a descentralização de recursos para a execução da mesma. Isto decorre do fato de que, conforme os normativos, entidade educacional deve apresentar projeto ao INCRA solicitando a realização de parceria para a prestação de serviços de capacitação e formação profissional em Projetos de Assentamento. Acrescente-se a isto que são os Movimentos Sociais os quais realizam o levantamento da demanda, apresentando-a às instituições educacionais que possam se interessar em realizar parceria com o INCRA.

Ressalta-se que diante da não apresentação de propostas, por entidades educacionais, a Superintendência vê-se impossibilitada de executar a ação. Por outro lado, foi recepcionada proposta para esta ação no exercício, contudo, muito embora aprovada pela Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA, houve ressalvas ao projeto feitas pelo Setor Jurídico, de modo que a proposta está sendo corrigida para nova apresentação, a fim de que se possa firmar Termo de Cooperação no exercício de 2011.

Há, porém, entraves que dificultam a execução desta ação, os quais contribuíram direta ou indiretamente para a não realização de meta no exercício, quais sejam: a insuficiência de servidores para executar as atividades da ação, havendo somente servidor responsável por todas as ações do Programa 1350; as dificuldades de transporte para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Plano

de Trabalho; a evasão de alunos; os atrasos nos pagamentos às instituições parceiras e os problemas nas prestações de contas parciais e finais apresentadas pelas instituições.

Diante dos limitadores apresentados, há um esforço da SR-28/DFE em garantir o andamento de trabalhos nesta ação, atuando juntamente com instituições de ensino, no intuito de sensibilizá-las, e orientá-las na elaboração de projetos a serem apresentados. Este esforço decorre do fato de que as parcerias são essenciais para a execução realização desta ação, levando-se em conta, ainda, a importância da capacitação e profissionalização das famílias assentadas, para a melhora dos seus níveis sócio-econômicos.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
20.000,00	237.556,60	233.240,46	98,18	230.296,13	96,94	230.296,13	96,94

Fonte: SIAFI e PO 2010

Considerando que a Ação 2272 trata da gestão do programa, ou seja, seus recursos são destinados às atividades meio, esta ação não possui meta física, como é possível observar na respectiva tabela.

Em contrapartida, a tabela de execução orçamentário-financeira apresenta uma previsão de liberação de recursos da ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no exercício, muito embora a provisão efetivamente recebida tenha sido de R\$ 237.556,60 (duzentos e trinta e sete mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos). Do recurso recebido, 98,2% (noventa e oito por cento e dois décimos) foram empenhados, correspondendo ao valor de R\$ 233.240,46 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta reais, e quarenta e seis centavos), sendo que deste valor, R\$ 230.296,13 (duzentos e trinta mil, duzentos e noventa e seis reais e treze centavos) foram liquidados e pagos, correspondendo a 96,9% (noventa e seis por cento e nove décimos) da provisão recebida.

Esta ação financia as atividades necessárias às visitas às instituições parceiras para discussões a respeito das propostas apresentadas, visitas às demais instituições envolvidas com os cursos, o processo educacional e a certificação, bem como, acompanhamento e fiscalização das ações 4474 e 8370; e muito embora não tenha havido meta executada nas referidas ações referentes ao exercício, houve a execução de diversas atividades relativas a cursos firmados e/ou encerrados em exercícios anteriores.

Encerrou-se, em março de 2010, curso de Educação de Jovens e Adultos do Campo firmado no exercício de 2008, tendo-se realizado após esta data visitas à Secretaria de Educação de Buritis/MG para tratar da certificação dos educandos que concluíram o curso.

Ainda realizou-se no exercício, visitas a instituições parceiras para tratar sobre a elaboração de propostas para novos cursos de Educação de Jovens e Adultos do Campo e cursos Técnicos Profissionalizantes.

Realizaram-se, ainda, atividades relativas à fiscalização da certificação de curso de Educação de Jovens e Adultos do Campo encerrado no exercício de 2003, tendo em vista que não havia na prestação de contas final da instituição educacional a comprovação da certificação dos educandos formados.

Considerando que esta ação também se direciona para participação em eventos de discussão, participou-se, no exercício, de Seminário para elaboração de Termo de Referência para as parcerias firmadas no âmbito do PRONERA, visto que, à época, os convênios estavam suspensos por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Também se realizou, no exercício, o IV Seminário Nacional do PRONERA, com o objetivo de debater sobre a questão agrária atual e os desafios para o conhecimento universal, refletir sobre a incidência da questão agrária atual sobre o PRONERA e seus novos desafios, realizar um balanço projetivo do Programa em vista do seu aperfeiçoamento como político de promoção de justiça social no campo, oferecer subsídios para a institucionalização dos cursos do PRONERA nas Universidades, Institutos Federais e outras, de forma que incidam sobre as redes e sistemas de ensino. Os custos relativos ao Seminário totalizaram R\$ 148.467,11 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta e sete reais, e onze centavos).

Portanto, subtraindo-se os valores utilizados para a realização do Seminário, do recurso restante, R\$ 56.332,89 (cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e nove centavos) foram utilizados para manutenção de veículos, e R\$ 25.496,13 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e treze centavos) para pagamento de diárias.

Lembra-se, porém, dos diversos limitadores à execução das ações vinculadas ao Programa 1350, os quais, indiretamente, afetam a ação 2272, que se destina às atividades meio das demais ações do Programa 1350. Destaca-se, contudo, nesta ação, a insuficiência de servidores para executar todas as atividades do Programa e a constante falta de veículo oficial para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das atividades pelas instituições parceiras.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Argileu Martins da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Sandra Cristina dos Santos Knupfer

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família assistida	1.384	0	0	0

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
2.616.146,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI e PO 2010

As tabelas de execução física e orçamentário-financeira demonstram uma execução nula na ação 4470 no decorrer do exercício, bem como o não recebimento de provisão, muito embora estivesse prevista a execução de uma meta física de 1.384 (um mil, trezentos e oitenta e quatro) famílias atendidas e a liberação de R\$ 2.616.146,00 (dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, cento e quarenta e seis reais) para a execução desta meta.

Estes dados se contrapõem ao fato de tratar-se de ação prioritária, pois se constitui em ação que visa garantir assistência técnica às famílias assentadas, para seu desenvolvimento produtivo, bem como, a elaboração de estudos essenciais à estruturação do Projeto de Assentamento, como os Planos de Desenvolvimento (PDA) e de Recuperação (PRA).

As mudanças na norma que regula a prestação de serviços de assistência técnica (ATER), com a edição da Lei 12.188/10 que estabelece a Chamada Pública com dispensa de licitação para contratação de serviços de ATER e elaboração de PDA's e PRA's, foram, em parte, responsáveis pelos dados apresentados nas tabelas. Houve uma necessidade de se alterar os padrões até então vigentes para a contratação de serviços de ATER e estudos de PDA e PRA, de modo que, no decorrer do exercício, trabalhou-se na elaboração de edital para realização de Chamada Pública.

O edital foi lançado em 10 de novembro de 2010, prevendo a elaboração de 33 (trinta e três) PDA's e 15 (quinze) PRA's, abrangendo 6.448 (seis mil, quatrocentos e quarenta e oito) famílias; e a prestação de serviços de assistência técnica à 11.078 (onze mil e setenta e oito) famílias, de 145 (cento e quarenta e cinco) Projetos de Assentamentos, sendo 90 (noventa) Projetos de Assentamento, com um total de 7.936 (sete mil, novecentos e trinta e seis) famílias localizados no Nordeste Goiano; e 55 (cinquenta e cinco) Projetos de Assentamento, constituídos por 3.142 (três mil, cento e quarenta e duas) famílias do Noroeste Mineiro.

As propostas foram recebidas no período de 10 de novembro a 10 de dezembro de 2010, e sua análise ocorreu de 23 a 28 de dezembro, sendo que, dos 18 (dezoito) lotes previstos no edital, apenas 03 (três) tiveram empresa aprovada, sendo que a contratação das mesmas totalizará o valor de R\$ 1.706.357,29 (um milhão, setecentos e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos). Os outros 15 (quinze) lotes, ou não tiveram empresa aprovada, ou não receberam apresentação de proposta por empresa de assistência técnica.

Por conseguinte, estará sendo assinado, no exercício de 2011, contrato para elaboração de 17 (dezesete) PDA's e PRA's, abrangendo 875 (oitocentas e setenta e cinco) famílias, e para prestação de assistência técnica à 1.295 (um mil, duzentas e noventa e cinco) famílias, de 26 (vinte e seis) Projetos de Assentamentos, dos quais 16 (dezesesseis) são do Nordeste Goiano e 10 (dez) do Noroeste Mineiro.

Para os Projetos de Assentamento que não tiveram proposta aprovada e para os demais Projetos que não foram inseridos no edital lançado dever-se-á estar realizando nova Chamada Pública no exercício de 2011.

Acrescente-se que, quando da edição da lei alterando a forma de contratação de ATER, não havia qualquer convênio em vigência, muito embora, até o presente haja pendência em 31 (trinta e um) PDA's/PRA's, contratados em exercícios anteriores com a atual Emater/GO. Estes estudos não foram aprovados devido à sua inadequação às exigências normativas, sendo que continuaram a serem apresentadas novas versões destes estudos, no exercício de 2010, as quais não foram passíveis de aprovação.

Considera-se que a substituição do convênio pela Chamada Pública deverá apresentar resultados positivos quanto à prestação de assistência técnica de qualidade e elaboração de estudos adequados aos normativos, em especial porque os pagamentos às empresas contratadas deverão ser realizados mensalmente mediante monitoramento por meio do SIATER (Sistema de Ater Pública).

Há, contudo, uma grave limitação à adequada fiscalização deste serviço, devido à insuficiência de corpo técnico para acompanhar, monitorar e fiscalizar a prestação do serviço contratado. O quadro de funcionário da Superintendência reduz-se continuamente, por diversos motivos, e esta força de trabalho não têm sido reposta, de modo que atualmente há apenas um servidor responsável pelo respectivo setor. Além disso, tem-se a insuficiência de veículos oficiais para atender a todas as demandas de fiscalização da SR-28/DFE, e os constantes cortes nos recursos para pagamento de combustível, aluguel de carros, manutenção de veículos e diárias.

Apesar das limitações encontradas, e da não execução da meta prevista, tem-se realizado um esforço conjunto para garantir assistência técnica às famílias assentadas, de modo que se lançou edital ainda no exercício de 2010, muito embora haja uma preocupação constante quanto à

possibilidade destas mesmas limitações impedirem o bom desenvolvimento dos trabalhos nos exercícios seguintes.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
73.471,00	139.471,00	121.012,51	86,76	98.002,74	70,26	98.002,74	70,26

Fonte: SIAFI e PO 2010

A ação 2272 é destinada ao custeio das atividades necessárias para a execução das atividades fim, de modo que não possui meta física, conforme demonstrado na tabela de execução física.

Verifica-se na tabela de execução orçamentário-financeira que os recursos destinados à gestão do programa 1427 foram parcialmente utilizados. Havia uma previsão de liberação de recursos da ordem de R\$ 73.471,00 (setenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais) para esta ação, porém, a provisão recebida foi maior, somando R\$ 139.471,00 (cento e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e um reais). Assim, houve a emissão de empenho no valor de R\$ 121.012,51 (cento e vinte e um mil e doze reais, e cinquenta e um centavos), ou seja, 86,8% (oitenta e seis por cento e oito décimos) da provisão recebida, com a liquidação de R\$ 98.002,74 (noventa e oito mil e dois reais, e setenta e quatro centavos) ou de 70,3% (setenta por cento e três décimos), e pagamentos correspondentes aos valores liquidados.

Não houve execução da ação 4470 no exercício, não obstante, os gastos registrados na ação 2272 do Programa 1427 decorreram da realização de vistorias para avaliação de estudos de PDA e PRA entregues por empresas contratadas e para a realização de Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos.

A pesquisa citada foi realizada pela SR-28/DFE no período de fevereiro a março de 2010, sendo que este levantamento estava sob a responsabilidade do Setor de ATES. Participaram deste levantamento, 20 (vinte) funcionários, sendo 17 (dezessete) servidores que realizaram a parte de campo e de digitação, e 03 (três) terceirizados que ajudaram na digitação e revisão dos dados coletados. A maioria destes funcionários foi emprestada de outros setores da Superintendência Regional, os quais aplicaram 434 (quatrocentos e trinta e quatro) questionários na área sob jurisdição da SR-28/DFE.

Os questionários buscavam verificar a situação sócio-econômica das famílias entrevistadas, incluindo informações sobre produção, renda, formação do núcleo familiar, escolaridade, infraestrutura do assentamento, qualidade do serviço escolar e de saúde pública.

A realização deste levantamento ensejou a utilização de, aproximadamente, R\$ 64.348,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais) para pagamento de diárias, e o restante, de R\$ 33.634,00 (trinta e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais) para o pagamento de diárias das vistorias realizadas, combustível e locação de veículos.

Deve-se lembrar, contudo, das limitações relacionadas à realização das atividades vinculadas ao Programa 1427, as quais dizem respeito à insuficiência de veículos oficiais para o acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, e realização de demais atividades relacionadas à ATER; reduzidos recursos para pagamento de diárias; e principalmente, falta de capital humano para monitorar e fiscalizar com efetividade a prestação dos serviços de assistência técnica, e analisar e aprovar os estudos de PDA e PRA contratados.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Maria Solange Tavares dos Santos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalísticos. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalísticas, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalísticas, mas puderem ser apropriadas a um programa finalísticos, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalísticas, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO 2010

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.750.000,00	3.908.675,03	3.899.484,77	99,76	2.689.855,63	68,81	2.684.527,46	68,68

Fonte: SIAFI e PO 2010

Pagamentos realizados destinaram-se a contratação de mão de obra especializada (terceirização), CEB, CAESB, telefonia fixo, local móvel e longa distância, locações de impressoras e edifício sede da Superintendência Regional, todos imprescindíveis ao bom andamento dos trabalhos e atingimento das metas atribuídas a esta Unidade.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁰

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
	Outras Operações							
Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

NÃO SE APLICA

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	373001			-	
	Recebidos	133088	492010927200890181	3.015,01	-	-
			492012112201352272	-	-	96.325,04
			492012112201372272	-	-	1.153.502,36
			492012112201382272	-	-	55.055,40
			492012112207502000	3.373,89	-	3.449.025,36
			492012112211204304	-	-	16.380,00
			492012112213502272	-	-	237.556,60
			492012112214272272	-	-	139.471,00
			492012112501382105	-	-	59.900,61
			492012112701382110	-	-	142.000,00
			492012112701384426	-	-	43.450,20
			492012112701388378	-	-	20.000,00
			492012112713361642	-	-	538.914,00
			492012112801394572	-	-	27.133,08
			492012163101358374	-	-	528.568,09
			492012163101358384	-	-	129.760,00
			492012163101358387	-	-	468.090,49
			492012163101372B06	-	-	707,66
			492012163101374358	-	-	116.811,00
			492012163111202109	-	-	312.285,25
Movimentação Externa	Concedidos			-	-	-
	Recebidos			-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	373001				-
	Recebidos	133088	492012112201382272	8.000,00	-	-
			49201211220139112F	1.977.184,53	-	-
			492012112207502000	456.275,78	-	-
			492012163101354460	-	790.142,80	-
			492012163101370427	-	3.060.800,00	-
			492012163101378396	11.417.750,83	-	-
			492012163111202109	6.240,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos		-	-	-	-
	Recebidos		-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	10.082.082,84	12.289.577,20	4.763.005,23	5.279.861,74
Convite	32.758,40	0,00	32.758,40	0,00
Tomada de Preços	1.456.580,60	293.600,60	0,00	0,00
Concorrência	4.255.243,04	8.285.960,06	2.123.694,56	2.511.750,38
Pregão	4.337.500,80	3.710.016,54	2.606.552,27	2.768.111,36
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.051.648,48	1.577.914,91	899.024,09	1.347.531,96
Dispensa	931.308,89	1.346.652,23	867.079,85	1.219.936,58
Inexigibilidade	120.339,59	231.262,68	31.944,24	127.595,38
Regime de Execução Especial	68.947,10	94.122,43	68.947,10	94.122,43
Suprimento de Fundos	68.947,10	94.122,43	68.947,10	94.122,43
Pagamento de Pessoal	1.119.418,07	0,00	1.119.418,07	0,00
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	1.119.418,07	0,00	1.119.418,07	0,00
Outros	30.199.047,89	19.398.053,58	15.873.210,35	6.496.454,06

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	7.531.996,88	8.029.676,75	5.265.149,61	8.029.676,75	2.266.847,27	1.385.778,56	5.924.619,70	6.287.614,99
1º elemento de despesa	1.371.116,91	1.677.833,92	1.370.009,82	1.677.833,92	1.107,09	47.027,60	1.246.687,10	1.374.554,36
2º elemento de despesa	2.006.092,35	1.148.578,96	544.918,71	1.148.578,96	1.461.173,64	593.761,56	595.102,59	733.649,47
3º elemento de despesa	1.119.418,07	2.021.994,78	1.119.418,07	2.021.994,78	0,00	1.200,00	1.128.019,09	2.020.066,80
Demais elementos do grupo	3.035.369,55	3.181.269,09	2.230.803,01	3.181.269,09	804.566,54	743.789,40	2.954.810,92	2.159.344,36

Fonte: SIAFI

Obs.:

3 – Outras Despesas Correntes

1º Elemento de despesa: 37 – Locação de Mão-de-obra

2º Elemento de despesa: 39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

3º Elemento de despesa: 14 – Diárias – Pessoal Civil

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	8.541.822,14	14.039.782,18	5.171.779,93	14.039.782,18	3.370.042,21	6.229.755,95	5.171.779,93	2.532.102,28
1º elemento de despesa	5.711.823,64	8.579.560,66	2.405.257,43	8.579.560,66	3.306.566,21	6.049.004,19	2.405.257,43	2.511.750,38
2º elemento de despesa	83.942,00	201.103,66	20.466,00	201.103,66	63.476,00	180.751,76	20.466,00	20.351,90
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	2.746.056,50	5.259.117,86	2.746.056,50	5.259.117,86	0,00	0,00	2.746.056,50	2.648.110,12
5 – Inversões Financeiras	25.327.907,29	11.290.209,19	25.327.907,29	11.290.209,19	0,00	0,00	25.327.907,29	1.750.142,80
1º elemento de despesa	6.313.507,29	8.229.409,19	6.313.507,29	8.229.409,19	0,00	0,00	6.313.507,29	790.142,80
2º elemento de despesa	19.014.400,00	3.060.800,00	19.014.400,00	3.060.800,00	0,00	0,00	19.014.400,00	960.000,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Obs.:

4 – Investimento

1º Elemento de despesa: 51 – Obras e instalações

2º Elemento de despesa: 52 – Equipamentos e Material Permanente

5 – Inversões Financeiras

1º Elemento de despesa: 61 – Aquisição de Imóveis

2º Elemento de despesa: 66 – Crédito Instalação – INCRA

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. ☐ Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada [1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício [2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. ☐ Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	3.716,70 ha
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	57,15%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais [6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	18,82%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	23,99%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	3,31%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	121,14%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	21,93%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	35

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	0,0%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	20%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0,0%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0,0%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	☐ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	10,34%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	☐ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	5,24h
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	☐ SIAFI e SICONV	
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
-		-			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas:					

Fonte: Sistema SIAFI2010

“não ocorreu no período”

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	932,44	0,00	31,65	900,79
2008	4.343,30	4.284,97	58,33	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	19.796.607,10	501.120,84	9.725.682,42	9.569.803,84
2008	14.638.521,74	802.768,66	13.601.553,08	0,00
...				
Observações: 1- A UJ apresenta em 31/12/2010, um saldo em Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 49.249,42, referente: R\$ 48.348,63 (empenhos remanescentes correspondentes ao exercício de 2007); e, R\$ 900,79 (empenhos inscritos no exercício de 2009). 2- Decreto nº 7.418, de 31/12/2010 - Prorroga a validade dos restos a pagar não-processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 – “Fica prorrogado, até 30 de abril de 2011, o prazo de validade dos restos a pagar não-processados das demais despesas inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009”. .				

Fonte: Sistemas SIAFI2009 e SIAFI2010

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	116	9	9
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	113	2	3
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	109	1	3
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	3	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	1	1	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	3	7	6
1.4.1 Cedidos	0	2	1	0
1.4.2 Removidos	0	0	6	6
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	14	0	2
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	12	0	2

2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	9	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	2	0	2
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	2	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	130	9	11

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	4	10	35	52	15	116
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	9	33	52	15	113
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	2	0	0	3
2. Provimento de cargo em comissão	2	4	6	2	0	14
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	4	5	1	0	12
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	1	0	2
TOTAL GERAL	6	14	41	54	15	130

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	3	1	24	47	41	0	0	0	116
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	3	1	24	46	39	0	0	0	113
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	2	3	9	0	0	0	14
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	2	1	9	0	0	0	12
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
TOTAL	0	3	1	26	50	50	0	0	0	130
LEGENDA										
Nível de Escolaridade										
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.										

Fonte: Extração SIAPE FEV/11. OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	1	1
1.1 Voluntária	1	1
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	1	0
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	2	1

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	3	0
2. Proporcional	5	2
TOTAL	8	2

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	3	3	4	2	R\$ 0,00
· Área Fim	1	1	1	0	R\$ 0,00
· Área Meio	2	2	3	2	R\$ 0,00
Nível Médio	3	3	3	8	R\$ 0,00
· Área Fim	1	1	1	6	R\$ 0,00
· Área Meio	2	2	2	2	R\$ 0,00
Total	6	6	7	10	R\$ 29.977,96

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010.

OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior.

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV	DEMAIS DESP VARIÁVEIS	
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO								
2008	R\$ 6.181.928,43		R\$ 530.417,06	R\$ 177.768,95	930.246,20	R\$ 548.298,29	R\$ 5.092,98	R\$ 8.373.751,91
2009	R\$ 6.147.127,37		R\$ 572.209,92	R\$ 185.451,87	934.307,02	R\$ 515.483,27	R\$ 4.893,12	R\$ 8.359.472,57
2010	R\$ 6.220.190,35		R\$ 574.378,88	R\$ 183.461,91	1.531.649,84	R\$ 828.935,82	R\$ 1.775,95	R\$ 9.340.392,75
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)								
2008								R\$ 0,00
2009								R\$ 0,00
2010								R\$ 0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA								
2008								R\$ 0,00
2009								R\$ 0,00
2010								R\$ 0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR								
2008		R\$ 295.367,01			61.484,00			R\$ 356.851,01
2009		R\$ 298.484,83			74.918,86			R\$ 373.403,69
2010		R\$ 290.774,57			93.466,20			R\$ 384.240,77
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS								
2008		R\$ 9.667,24			4.472,25			R\$ 14.139,49

2009		R\$ 9.683,23			1.721,19			R\$ 11.404,42
2010		R\$ 8.574,54			9.589,74			R\$ 18.164,28

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 57.178,82
2009	R\$ 5.766,75
2010	R\$ 13.612,15

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno													
UG/Gestão: 2011							CNPJ: 02.360.944/0001-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	(L)	(O)	4.000/2005	Rover Administração e Serviço Ltda. 04.944.460/0001-29	01/04/2005	27/09/2010		06		1			(E)
2010	(L)	(O)	19.000/2010	Zarcone Construções, Serviços Transporte Ltda. 01.757.138/0001-00	01/11/2010	02/11/2011		11		1			(A)
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno													
UG/Gestão: 2011						CNPJ: 02.360.944/0001-03							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	1,3 e 7		1.000/2006	PH Serviços e Administração Ltda. 06.090.065/0001-51	17/01/2006	22/07/2010		1		45		7	(E)
2010	7		14.000/2010	BNRH Manutenção e Serviço Industriais Ltda. – ME 11.296.726/0001-30	23/07/2010	22/07/2011				47)			(A)
2010	3		15.000/2010	WR Comercial de Alimentos e Serviço Ltda. 06.091.637/0001-17	23/07/2010	22/07/2011		1					(A)
Observação:													
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha;													

4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
14.000/2010	9	47	SR-28/DFE
15.000/2010	3	01	SR-28/DFE
19.000/2010	7	12	SR-28/DFE
20.000/2010	9	05	SR-28/DFE
<u>LEGENDA</u> Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

- ☐ Absenteísmo;
Conclui que a quantidade de absenteísmo por parte dos servidores lotados nesta Superintendência Regional SR-28/DFE é comprovadamente inexistente, visto que no exercício de 2010 não houve faltas e nem atrasos relatados nas folhas de ponto.
- ☐ Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
Não houve Acidentes de Trabalho e nem Doenças Ocupacionais.
- ☐ Rotatividade (*turnover*);
No exercício de 2010 foram exonerados servidores e não houve nomeação.
- ☐ Educação Continuada;
No exercício de 2010 foram realizadas capacitações de servidores visando aperfeiçoamento nas execuções nas atividades realizadas.
- ☐ Satisfação e Motivação;
A satisfação é relativa, visto a reclamação de recomposição salarial se mostra evidente e rotineira.
- ☐ Disciplina;
Os servidores se mostram disciplinados, mormente porque são sabedores dos seus direitos e deveres em Lei.
- ☐ Desempenho funcional;
Os servidores tem tido desempenho funcional satisfatório na realização dos trabalhos, buscando o cumprimento de metas institucionais.
- ☐ Níveis Salariais;
Totalmente defasado, se comparado com os servidores de outros órgãos esferas do Governo Federal.
- ☐ Demandas Trabalhistas.
Não existem.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA									
CNPJ: 02.360.944/0001-03				UG/GESTÃO: 373001/37201					
Informações sobre as transferências									
Mod.	Nº do instrum.	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	704657	PREFEITUR A MUNICIPAL DE DIVINOPOL IS DE GOIAS	50.000,00	15.000,00	150.000,00	150.000,00	2010-06-11	2010-08-10	1
1	704653	PREFEITUR A MUNICIPAL DE ALTO	1239089,8	3.1362,21	872.278,81	1.207.727,59	2009-10-29	2010-08-31	1

		PARAISO DE GOIAS							
1	705005	PREFEITUR A MUNICIPAL DE SAO JOAO DA ALIANCA	588.562,69	28562,69	238.695,67	560.000,00	2009-12- 08	8/12/2010	1
1	723036	PREFEITUR A MUNICIPAL DE FORMOSA	706100,66	653170	391.902,00	391.902,00	2010-10- 31	2011-05- 28	1
1	743699	PREFEITUR A MUNICIPAL DE ALENQUER	1400078,28	56003,13	0,00	0,00	2010-07- 01	2011-07- 01	1
1	743650	PREFEITUR A MUNICIPAL DE MEDICILA NDIA	2948896,81	58977,94	0,00	0,00	2010-12- 20	2011-12- 20	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA						
CNPJ: 02.360.944/0001-03				UG/GESTÃO: 373001/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	3	6	27.075,00	991.753,11	4.047.259,01
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	3	6	27.075,00	991.753,11	4.047.259,01

Fonte:

6.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 02.360.944/0001-03			UG/GESTÃO: 373001/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	05	4.102.934,27	2.792.284,53	1.310.649,74	68,06%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	05	4.102.934,27	2.792.284,53	1.310.649,74	68,06%

Fonte:

6.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 02.360.944/0001-03			UG/GESTÃO: 373001/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-	
		Montante Repassado		-	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	05	
			Montante Repassado (R\$)	3.624.828,97	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	
2009	Contas prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado (R\$)		200.237,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0	
2008	Contas prestadas	Quantidade		0 9	
		Montante Repassado (R\$)		5.069.586,30	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	

		Montante Repassado (R\$)	0	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	

Fonte:

6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA					
CNPJ: 02.360.944/0001-03				UG/GESTÃO: 373001/37201	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		0	
		Montante repassado (R\$)		0	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	03	
			Montante repassado (R\$)	2.491.423,26	
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2	
		Montante repassado (R\$)		200.237,00	
2008	Quantidade de contas prestadas				

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
		Quantidade Reprovada	3	
		Quantidade de TCE	02	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
		Montante repassado	3.066.245,28	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	06	
		Montante repassado	2.003.341,02	

Fonte:

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

A Divisão de Administração, responsável pelos Sistemas (SIASG e SICONV) declara para todos os fins, que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Brasília-DF, em 28 de março de 2011.



Maria Solange Tavares dos Santos
Chefe da Divisão de Administração
Port/nº 201/2010 - SR-28/DFE

Maria Solange F. Santos
Chefe da Divisão de Administração
Port. nº 201/10

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Todos que exercem funções de confiança lotados nesta Superintendência Regional – SR-28/DFE entregaram as declaração de bens e renda referente ao exercício 2010 ano calendário 2009.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

NÃO APLICÁVEL

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? <i>Palestras e folders</i>	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	Subtotal Brasil	Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	Subtotal Exterior	Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

NÃO HÁ

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Observação: Contrato nº 9.000/2009 - O objeto do presente contrato é a locação de 03 (três) prédios situados no SIA/SUL Trecho I, lotes 1730/1760, Blocos D, E e “PAB”, Brasília/DF totalizando área construída de 4.891,46m². O imóvel, objeto deste Contrato, destina-se ao funcionamento da SR(28)/DFE.

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
Total							Σ	Σ

Fonte:

Não Possui.

11.1.4 Análise crítica:

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

- Os cartões de pagamento não são aceito em todos os postos de combustíveis.
- Devidos os cartões não ser aceitos em alguns postos em determinados municípios os motorista são obrigados a abastecer as viaturas em outros municípios o que causa um custo extra para os cofres públicos.
- Existem estabelecimentos comerciais com varias modalidade de comercio o que causa certo desconforto referente ao real uso do mesmo ex: posto de combustível = loja de conveniência, posto de combustível = lanchonete e outros exemplos.
- A inconsciência do sistema nos pequenos municípios gera bastante dificuldade para os motoristas operar o sistema já que o mesmo passa alguns tempos parado no posto aguardando solucionar o problema na sede da SR.
- Pouco tempo para prestação de conta no portal do comprasnet já que a senha bloqueia com mesmo de 15 dias se não utilizada.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR 28-DFE					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-007.608/2009-7	Nº 3110/2010 - TCU – 2.ª Câmara	1.5.1	Determinação	OFÍCIO N. 845/2010-TCU/SECEX-GO, de 05/07/2010, Ref. ao Acórdão n. 3110/2010 – TCU – 2.ª Câmara – Proc. TC-007.608/2009-7, Item 1.5.1 – Convênio SIAFI n. 535118
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
1.5.1 Determinar à Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno que adote providências relativas aos Convênios nºs 535118 e 559309, devendo, inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da SR					
Síntese da providência adotada:					
Cumprimento integral.					
Síntese dos resultados obtidos					
Instauração da TCE, no tocante ao convênio SIAFI 535118, firmado entre o INCRA/SR-28/DFE e a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, tombado sob o n. 54700.001568/2010-60, e atualmente encontra-se com a Comissão Permanente de TCE, para os fins de notificação e registros devidos. Seguem os comprovantes em anexo. Com relação ao convênio SIAFI 559309, também objeto de determinação contida no Acórdão, informamos que o mesmo não é de alçada do INCRA, e sim do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, outra unidade gestora, e que portanto tal determinação escapa à competência desta Regional, conforme cópia anexa. Tudo respondido pelos expedientes: OFICIO/INCRA/SR 28 – DFE/GAB/N.º 1261, de 01 de setembro de 2010 e OFICIO/INCRA/SR 28 – DFE/GAB/N.º 1262, de 01 de setembro de 2010.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não Há.

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/SR 28-DFE			17125
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Gestão n. 246648 – Proc. 54700.000425/2010-31	6.3.1.1, 2.1.1.2 e 3.1.2.1.	OFÍCIO/INCRA/SR28 – DFE/GAB/Nº 1517, de 08 de outubro de 2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
INCRA/SR-28/DFE			
Descrição da Recomendação:			
6.3.1.1 – Existência de Convênios com vigência expirada há mais de 60 (sessenta) dias e com registro de valores na situação a aprovar, contrariando o disposto no art. 31 /IN/STN 01/97. 2.1.1.2 – Não elaboração de Diagnóstico Regional, conforme Módulo I do Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial. 3.1.2.1 – Morosidade na aplicação de Recursos de Crédito-Instalação para os assentados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete			
Síntese da providência adotada:			
Justificativas expedidas no OFÍCIO/INCRA/SR28 – DFE/GAB/Nº 1517, de 08 de outubro de 2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
Parcial atendimento.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

O controle interno no âmbito do INCRA é exercido pela Auditoria do INCRA Nacional, com áreas homólogas correspondentes nas Regionais, por meio do Assessor de Planejamento e Controle Interno.

A Assessoria de Planejamento e Controle Interno é o órgão responsável para distribuir os requerimentos, solicitações, e requisições dos órgãos de controles internos e externos, aqui entendidos CGU/PR, Auditoria do INCRA e do próprio Tribunal de Contas da União/TCU via suas Secretarias de Controles Externos.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

- 18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**

DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional do INCRA no Distrito Federal e Entorno	133088
Declaração do contador de unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão. Brasília, 21 de março de 2011.  Alfredo Schmidt Contador/CRC 9513-07 ES INCRA-Sede	

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Seguem em anexo, as informações sobre os imóveis rurais com área acima de 10.000,00 há objeto de Fiscalização conforme Portaria/INCRA/nº12/2006, que permanecem cancelados no Sistema Nacional de Cadastro – SNCR por não apresentarem a documentação comprovando a cadeia dominial até a origem.

O levantamento da documentação comprobatória direto junto aos Órgãos Estaduais de Terra e nos Cartório de Registro de Imóveis, previsto na Portaria INCRA/P/nº 12/2006, não foi realizado por absoluta falta de pessoal.

Imóveis que permanecem com seus códigos cancelados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR por não apresentação de documentos comprovando a cadeia dominial até a origem.

Nome do Imóvel	Código	Área (ha)	Município	Proprietário	Providência	Observação
Fazenda Santa Bárbara	929.069.010.448-3	11.000,00	Cavalcante-GO	Adolfo Augusto Humberto Leite Ribeiro	Ofícios encaminhados à Agência Rural e à Procuradoria da República no Estado de Goiás, não tiveram respostas.	Imóvel não localizado no georreferenciamento do município.
Fazenda Larguinha	927.023.007.480-1	11.000,00	Cavalcante-GO	Adolfo Augusto	A Procuradoria Geral do Estado de Goiás respondeu que adotará as	Imóvel não localizado no georreferenciamento do

				Humberto Leite Ribeiro	providências cabíveis, após o trânsito em julgado da Ação Discriminatória do Município.	município.
Fazenda Barra	927.058.007.641-6	10.460,00	São João D'Aliança - GO	Alberto Moreira Rosa Neto	O imóvel teve a matrícula cancelada por decisão judicial.	
Fazenda Santa Rita	000.027.642.355-0	19.289,80	Cavalcante-GO	Arigatô Comercial de Veículos Ltda.	O imóvel teve sua matrícula cancelada na Ação Discriminatória - Av-4-6.015, de 19/08/2003.	Imóvel não localizado no georreferenciamento do município.
Fazenda Mocambo	934.119.008.079-4	18.300,00	Cavalcante-GO	César Bernardes Rabelo	Foram encaminhados Ofícios à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e à Agência Rural as quais não se manifestaram.	Imóvel não localizado no georreferenciamento do município.
Fazenda Boa Esperança	931.063.013.951-3	10.645,00	Formosa-GO	Denise Tostes Cruz de Castro Pessoa	Proprietária não apresentou documentação completa.	
Fazenda Cangalha	927.040.005.517-3	15.972,00	Nova Roma-GO	Dular Produtos Alimentícios Ltda.	Proprietário não atendeu a Notificação.	

Estância Magnólia	000.027.642.371-1	12.034,00	Alto Paraíso de Goiás	Fernando Magalhães Sune	Foram encaminhados Ofícios à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e à Agência Rural as quais não se manifestaram. Proprietário não atendeu à Notificação.	
Fazenda Cotia	625.086.032.336-0	11.201,90	Nova Roma	Francisco Ferrari	Proprietário não atendeu a Notificação	
Fazenda Chapada do Barroão	026.042.010.766-0	13.873,00	Arinos-MG	Francisco Joaquim Estrela	O CRI de Arinos informou que não havia imóvel rural registrado em nome de Francisco Joaquim Estrela. Vistoria na área identificou apenas alguns posseiros.	O Sr. Francisco Joaquim Estrela é falecido.
Chapada do Barroão	414.093.027.235-4	10.000,00	Arinos-MG	Francisco Joaquim Estrela	O CRI de Arinos informou que não havia imóvel rural registrado em nome de Francisco Joaquim Estrela. Vistoria na área identificou apenas alguns posseiros.	O Sr Francisco Joaquim Estrela é falecido.
Fazenda Chapada do	000.019.222.046-7	15.060,00	Arinos-MG	Geraldo Goulart de	O CRI de Arinos informou que não havia imóvel rural registrado em nome de Geraldo Goulart de	.

Barroão				Mendonça	Mendonça. O ofício encaminhado ao Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais não obteve resposta.	
Fazenda Larguinha	906.085.017.230-2	25.000,00	Cavalcante-GO	Indaru Indústria e Comércio Ltda.	Encaminhados Ofícios à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e à Agência Rural, as quais não se manifestaram.	
Fazenda São Francisco do Rio Lavado	927.040.006.092-4	12.100,00	Nova Roma-GO	Israel Ruiz	Não atendeu à notificação,	Imóvel cadastrado como posse por simples ocupação.
Fazenda Mucambo		14.520,00	Cavalcante-GO	Frigotel – Frigorífico Três Lagoas Ltda.	Encaminhados Ofícios à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e à Agência Rural as quais não se manifestaram.	Imóvel não cadastrado no SNCR Imóvel não localizado no georreferenciamento.

Fazenda Lago Azul		19.0000,00	Cavalcante-GO	Gabriel Elias Passos	O proprietário não atendeu à Notificação. Ofícios encaminhados à Agência Rural e à Procuradoria Geral do Estado de Goiás, que não se manifestaram.	Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
Fazenda Vale dos Sonhos		16.000,00	Cavalcante-GO	Gabriel Elias Passos	Ofícios encaminhados à Agência Rural, à Procuradoria da República no Estado de Goiás e à Procuradoria Geral do Estado de Goiás, as quais não se manifestaram.	Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
Fazenda Doidice	927.023.003.794-9	10.183,30	Cavalcante-GO	Tácito Ribeiro Costa	O proprietário apresentou documentação incompleta.	Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
Acaba Vida Cafundó e Retiro	901.458.017.094-7	11.504,60	Luziânia-GO	José Vicente Vaz de Lima	A viúva do Prop - Evelyn Letícia Vaz de Lima - apresentou uma declaração de que tem apenas uma cessão de direito de posse, mas nunca explorou a área.	

Fazenda Santa Rita		19.360,00	Cavalcante-GO	Adeídes Alves Ferreira	A cadeia dominial tem lacunas e indícios de fraude. Ofícios encaminhados à Agência Rural e à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram.	Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
Fazenda Cocos		19.118,00	Cavalcante-GO	Abraão Simão da Silva	Ofícios encaminhados à Agência Rural e à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram.	Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
Fazenda Bonito		19.190,60	Cavalcante-GO	Abraão Simão da Silva	Ofícios encaminhados à Agência Rural e à Procuradoria da República no Estado de Goiás, as quais não se manifestaram.	Imóvel não cadastrado no SNCR. Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.
Fazenda Chapada Mundengo		10.403,80	Nova Roma-GO	Gilson Carvalho	Proprietário não atendeu o Edital de Convocação.	Imóvel não cadastrado no SNCR.
Fazenda	414.093.027.316-	10.000,00	Arinos-MG	João Lopes	Os Ofícios encaminhados à	

Pacari	4			Viana	Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais e ao Instituto de Terras de Minas Gerais, não obtiveram manifestação.	
Fazenda Jathai e São Paulo		31.341,00	Formoso-MG	José Jorge Chediak Neto	O prop. Não atendeu o Edital de Notificação. Os Ofícios encaminhados à Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais e ao Instituto de Terras de Minas Gerais, não obtiveram manifestação.	Imóvel não cadastrado no SNCR.
Acaba Vida Cafundó e Retiro	901.458.017.094-7	11.504,60	Luziânia-GO	José Vicente Vaz de Lima	A viúva do Prop - Evelyn Letícia Vaz de Lima apresentou uma declaração que tem apenas uma cessão de direito de posse, mas nunca explorou a área.	
Fazenda Barra do Cabeçudo	906.085.017.175-6	14.128,20	Nova Roma-GO	Nicolau Batista de Abreu	Há indício de fraude na documentação apresentada.	
Agropecuária Canadense	000.027.642.274-0	12.018,00	Nova Roma-GO	Paulo Eustáquio França	Encaminhados Ofícios à Procuradoria Geral do Estado de Goiás e à Agência Rural, as quais não se manifestaram.	Imóvel desmembrado da Fazenda Cangalha, cód. 901458.017.043-2, que já está cancelado.

Fazenda Rio Claro	404.012.983.241-6	22.448,60	Arinos-MG	Siderúrgica Santo Antonio Ltda.	Apresentou documentação incompleta. Foi notificado, mas não atendeu à diligência.	
Fazenda Doidice	927.023.003.794-9	10.183,30	Cavalcante-GO	Tácito Ribeiro Costa	Houve uma proposta de desapropriação, mas não prosperou por causa de lacunas na cadeia dominial do imóvel.	Imóvel não localizado na ação de georreferenciamento do município.

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

- Quadro reduzido de servidores para execução dos trabalhos de campo, como por exemplo, acompanhamento das ações de aterro, créditos, vistoria e avaliação de imóveis, e contador para análise de processos de convênios.
- Redução de recursos financeiros para atender demandas desta SR(28)DFE, tais como diárias, investimentos e obtenção de terras, em conformidade ao Decreto nº 7.446//11